

Quem disse ?

«A oposição gostaria que as entrevistas e o próprio Mário Soares não existissem»

Almeida Santos
Visão, 29 de Abril



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



7 a 21 de Maio
Paços do Concelho da Guarda

Após a inauguração da exposição (dia 7 de Maio, pelas 21 horas) seguir-se-á um colóquio, sobre o tema «Contributos do PS para a construção do Portugal Democrático»

Microeconomia no centro das preocupações

Empresas com fácil acesso ao crédito

O primeiro-ministro anunciou segunda-feira, no Porto, que a gestão dos fundos comunitários destinados a empresas vai passar a ser feita pelo Ministério da Economia. Esta revelação de António Guterres foi feita na cerimónia de comemoração dos 150 anos da Associação Industrial Portuense. Na perspectiva do chefe do Governo, esta medida, aprovada recentemente em Conselho de Ministros, resultou de uma proposta do ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, tendo como objectivo principal que, a partir da próxima legislatura, o Ministério da Economia se transforme ainda mais num ministério de empresas. Como sublinhou, em declarações aos jornalistas, não se trata de uma alteração de nome, mas sim de estratégia, já que o ministério que neste momento concentra os sectores da indústria, turismo e comércio passará a ter um âmbito mais transversal e abrangente.

De acordo com o primeiro-ministro, não faz sentido que as empresas sejam vistas de forma estanque. As empresas, para António Guterres, têm de ser encaradas caso a caso e são as pequenas e microempresas que precisam de especial atenção, através de uma melhoria do acesso ao crédito e à informação, havendo também apoios à formação de quadros intermédios. O chefe do Governo assegurou, ainda, que a próxima legislatura será marcada por uma atenção muito especial para a vertente macroeconomia, depois de a actual se ter centrado na macroeconomia, resultado do esforço de convergência nacional, tendo em vista a adesão à moeda única. «A preocupação pela microeconómica já está pressuposta na forma como se entendeu a formulação da política económica nos últimos tempos», acrescentou António Guterres.

PS DENUNCIA CRESCENTE RECURSO AO INSULTO PSD DE DURÃO SEM IDEIAS PARA O PAÍS



O último congresso do PSD parece não ter alterado o estilo destrutivo e radical que tem caracterizado a forma de este partido fazer oposição ao Governo. Como salientou o primeiro-ministro, segunda-feira, no Porto, a dia depois do encerramento da reunião magna dos «laranjas», a nova liderança do PSD limitou-se a dizer mal, sem apresentar uma única proposta concreta para o País e para os portugueses. António Guterres observou, ainda, que os portugueses querem dos partidos soluções concretas e não ataques pessoais. Pela parte do Governo, acrescentou, é nesse sentido que se está a trabalhar, tentando fornecer respostas para as principais aspirações da generalidade dos cidadãos.

Sociedade & País

Rádios Locais Da aldeia para o mundo via Internet



As rádios locais vão poder emitir para todo o mundo via Internet por cem contos mensais. O anúncio foi feito, no passado dia 28, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho.

Na abertura de uma série de debates sobre a imprensa regional, em Oeiras, Arons de Carvalho revelou a existência de negociações entre o Governo e a Telepac, empresa fornecedora de acesso à Internet.

Parlamento

António Costa acusa PSD Alimentar equívocos



O PSD pretende «alimentar um equívoco» sobre a posição adoptada pelo Governo socialista após a aprovação parlamentar da suspensão do processo de co-incineração. Foi esta a denúncia feita, no passado dia 28, na Assembleia da República, pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa. «É a primeira vez que o PSD propõe a realização de um debate de urgência e, depois, opõe-se à realização do mesmo debate», referiu o governante.

Em causa estão declarações do líder parlamentar laranja sobre a posição adoptada pelo Executivo após a aprovação da suspensão do processo de co-incineração no Parlamento.



Timor-Leste a um passo da liberdade

Por intermédio do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, Portugal assinou ontem um acordo com o regime de Jacarta, durante uma cerimónia que decorreu na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. Com este acordo, o povo timorense dá um passo importante rumo à sua autodeterminação e que deverá ser concretizada na sequência do referendo previsto para o dia 8 de Agosto. Até lá, Jaime Gama garantiu que o Estado Português tudo fará para obrigar os indonésios a respeitarem na íntegra os compromissos que assinaram. Da mesma forma, Portugal reclama que as Nações Unidas forneçam todas as condições de segurança para que a consulta seja realmente livre e democrática. Com a assinatura do acordo entre Portugal e a Indonésia, que permitirá aos timorenses definirem o seu futuro nas urnas, a ONU passa a desempenhar o principal papel no processo de transição do território. Os peritos das Nações Unidas terão a missão de promover a consulta e garantir a estabilidade e as condições de segurança no território, tendo em vista possibilitar aos timorenses o direito ao exercício do voto em total liberdade.

Apesar do aumento da violência e dos massacres que continuam a marcar o quotidiano em Timor-Leste, agora protagonizado pelas milícias pró-integracionistas, o acordo, segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros, permite a criação de condições incomparavelmente favoráveis à resolução do conflito.

Se o actual clima de terror permanecer por mais tempo no território, nesse caso, as Nações Unidas poderão considerar que não estão reunidas as condições indispensáveis para a realização do referendo. Precisamente por causa destas dúvidas, nos últimos dias, Jaime Gama tem constantemente repetido que o acordo «não representa a independência de chave na mão. Trata-se de um acordo internacional, que reconhece o direito ao povo de Timor-Leste à autodeterminação e que viabiliza o estabelecimento de uma missão das Nações Unidas no território, de forma a garantir a realização de uma consulta pública livre».

Para este processo, Portugal irá contribuir com mais de dez milhões de dólares, cerca de 1,9 milhões de contos. Esta verba, como sublinhou o responsável máximo dos Negócios Estrangeiros, destina-se a custear a operação de transição no território. De referir que o primeiro contingente de polícia civil chega a Timor-Leste no dia 10, tendo em vista apoiar os preparativos do processo de consulta.

Portugal mais seguro em 1998

A criminalidade global em Portugal desceu 5,5 por cento em 1998 - relativamente ao ano anterior - tendo os crimes violentos e graves registado uma diminuição de 11,6 por cento, revela o relatório anual de Segurança Interna.

Segundo o relatório, apresentado, no dia 29, em Lisboa, pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, os números mostram na maior parte dos casos uma diminuição da criminalidade ao longo do ano passado, quando comparados com dados do ano anterior.

Em 1998 os casos de violação baixaram 26 por cento, os homicídios dolosos consumados 11 por cento, o roubo por esticção também 26 por cento, e os furtos

em residências 11 por cento.

O relatório destaca também que os assaltos a bancos diminuíram 31 por cento. Ao longo de 1998 foi anulado o crescimento das ofensas corporais graves, os crimes com engenhos explosivos foram escassos e deu-se uma «forte diminuição de crimes com armas brancas», salientou Jorge Coelho, frisando também a inexistência de actividade terrorista no País.

Segundo os dados do relatório, a delinquência juvenil e grupal desacelerou nas grandes cidades, mas verificou-se ao mesmo tempo uma tendência de transferência do centro para a periferia urbana, onde foi reforçado o policiamento.

Anuário 2000

Uma antevisão milenar do ambiente

«O ambiente no novo milénio», como «antevisão realista da qualidade de vida em Portugal nos próximos anos», é a matriz subjacente ao «Anuário 2000», que foi lançado no dia 1, em Lisboa, numa cerimónia presidida pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira.

Iniciativa da Fórum Ambiente, o «Anuário 2000», além de ser uma publicação que os seus promotores esperam seja «de referência», é «o primeiro instrumento que integra a totalidade de informação sobre as entidades, pessoas e instituições que actuam na área do ambiente».

O livro apresenta comentários de especialistas, abordagem crítica da legislação, re-

sumos das estratégias delineadas e esboço do ambiente do futuro próximo, fazendo, em simultâneo, o retrato dos protagonistas que contribuem para o ambiente do novo milénio.

Estratégias e planos, previsões e metas, água, resíduos, ar e clima, litoral e oceanos, desertificação, conservação da natureza e educação ambiental são alguns dos temas tratados na obra, com 192 páginas.

O documento acolhe ainda depoimentos de Elisa Ferreira, Carlos Pimenta, Alexandre Quintanilha, Francisco Ferreira, Joana de Melo, Jorge Paiva, Roberto Carneiro e Viriato Soromenho Marques, entre outros.

Ministério da Agricultura faz ultimato a matadouros sem licença

O Ministério da Agricultura intimou os 26 matadouros nacionais que funcionam sem licença definitiva a regularizar a situação até final de Maio, sob pena de terem de encerrar.

De salientar que a região Entre-Douro e Minho é a que regista uma maior concentração de matadouros de ruminantes e suínos a funcionar sem licença definitiva - mas apenas com provisória -, logo seguida do Ribatejo e Oeste.

A falta de licença dos matadouros diz

apenas respeito à observância de requisitos físicos impostos por directivas comunitárias, como por exemplo obras de melhoramento e infra-estruturas, e não sanitários, razão pela qual a irregularidade não coloca em causa a saúde pública.

Os produtos que saem dos matadouros são devidamente inspeccionados, muito embora a falta de licença possa colocar em causa a transparência nas trocas comerciais.

Seixas da Costa no 50º aniversário do Conselho da Europa

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, termina amanhã uma visita oficial de três dias a Londres e Budapeste, em que representou o Governo português nas comemorações dos 50 anos do Conselho da Europa.

As comemorações iniciaram-se em Londres, a cidade onde há 50 anos foi assina-

do o Estatuto do Conselho da Europa. De salientar que as festividades surgem na sequência de um conjunto de iniciativas realizadas em Estrasburgo, à margem da última sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, e culminam com a realização hoje e amanhã da reunião ministerial, sob presidência húngara.



PATRONATO REPRIME E EXPLORA COMO NO ESTADO NOVO

Um balanço, em vésperas do IV Congresso, dos três congressos socialistas já realizados, e uma reportagem sobre as comemorações do 1º de Maio promovidas pela UGT, no decurso das quais Torres Couto criticou violentamente a política social e económica do governo conservador, monárquico e reaccionário da AD e ainda a postura retrógrada do patronato português, eram dois assuntos em destaque na edição de 7 de Maio de 1981 do «Acção Socialista».

Nas comemorações do 1º de Maio da UGT realizadas no Parque Eduardo VII, em Lisboa, o líder da central sindical democrática, camarada Torres Couto, teve duras e justas críticas ao comportamento do patronato português.

«O patronato reprime e explora como se vivéssemos no Estado Novo», afirmava Torres Couto.

J. C. C. B.

7 de Maio

Quem disse?

«O desencanto nórdico é o mesmo da Grã-Bretanha, parecendo dizer-nos que, decididamente, o capitalismo falhou e

está ultrapassado, e, dentro de bem poucos dias, iremos ver a decisão do povo francês, mas a incerteza entre o candidato socialista (Mitterrand) e o candidato conservador (Giscard d'Estaing) mostra, já por si, a credibilidade do socialismo para o povo francês»

Raul Rego



PSD DE DURÃO SEM IDEIAS PARA O PAÍS

O último congresso do PSD parece não ter alterado o estilo destrutivo e radical que tem caracterizado a forma de este partido fazer oposição ao Governo. Como salientou o primeiro-ministro, segunda-feira, no Porto, uma dia depois do encerramento da reunião magna dos «laranjas», a nova liderança do PSD limitou-se a dizer mal, sem apresentar uma única proposta concreta para o País e para os portugueses. António Guterres observou, ainda, que os portugueses querem dos partidos soluções concretas e não ataques pessoais. Pela parte do Governo, acrescentou, é nesse sentido que se está a trabalhar, tentando fornecer respostas para as principais aspirações da generalidade dos cidadãos.

Falando no final de uma cerimónia de inauguração de uma unidade hoteleira do Porto, o chefe do Governo lamentou a campanha publicitária negativa colocada recentemente em marcha pelo maior partido da oposição. Para o secretário-geral do PS, deste tipo de actuação do PSD, «não pode resultar nada de bom ou de positivo para o país. Quando quiserem dizer mal, podem dizer mal à vontade. Pela nossa parte, cá estaremos para analisar se as críticas são correctas e, nesse caso, então, emendarmos os nossos erros», afirmou. O primeiro-ministro respondeu também ao desafio lançado pelo novo líder do PSD, no sentido de haver um debate a dois, durante a campanha eleitoral, declarando, a este propósito, que «não vale a pena bater a portas que já estão abertas. Nós sempre estivemos prontos para o debate. O PSD é que não estava. Portanto, quem tem autoridade moral para falar na exigência de debates é o PS», adiantou o secretário-geral do partido. No domingo, também o camarada Jorge Coelho, membro da Comissão Permanente do PS, comentou o tipo de soluções que saíram do congresso do PSD. Referindo-se em concreto ao estilo de intervenção seguido pelo cabeça-de-lista às europeias do maior partido da oposição, Pacheco Pereira, o líder da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS afirmou que ele deu um mau contributo à vida política portuguesa, seguindo a via dos ataques pessoais. «O PS quer discutir ideias e quer fazer política com respeito pelos outros e não entra na política do insulto e do ataque pessoal, como Pacheco Pereira tem feito», salientou.

Insultos de Pacheco Pereira

Numa mensagem dirigida a Pacheco Pe-

reira, o membro da Comissão Permanente do PS apelou para que «não olhe só para os outros. É bom que ele olhe também para si próprio, para aquilo que já prometeu e que nunca cumpriu». Uma referência ao facto de Pacheco Pereira ter sido cabeça-de-lista pelo PSD nas últimas legislativas pelo círculo de Aveiro. Depois de ter sido eleito para o Parlamento, Pacheco Pereira nunca mais se interessou pelos problemas deste distrito do País.

Tentando identificar as razões que levam o cabeça de lista do PSD a comportar-se desta forma, neste período de pré-campanha eleitoral, Jorge Coelho perguntou se isso não acontecerá por ele não dispor de uma única ideia, ou, em alternativa, por andar aflito e preocupado pelo facto de o PS ter um cabeça-de-lista, que, de longe, é o português com maior prestígio internacional.

Relativamente a Durão Barroso, o líder da FAUL do PS manifestou a sua preocupação por evidenciar autoritarismo e arrogância. «Ouvi Durão Barroso, o líder que algumas pessoas do PSD nomearam e o congresso ratificou, falar numa coisa que já não ouvia há 25 anos. Disse que era com base na dinamização do poder local que o PSD ia tomar o poder. Esta frase tem a ver com algo que eu julgava erradicado da vida portuguesa, dado que temos uma democracia consolidada, em que o poder se conquista através do voto

dos cidadãos», afirmou Jorge Coelho. Embora se possa admitir que esta afirmação tenha constituído mais um deslize do novo líder do PSD, Jorge Coelho, mesmo assim, considera que essa declaração provoca alguma preocupação, «por estar relacionada com algo de muito negativo que pode voltar a aparecer em Durão Barroso: autoritarismo, arrogância e falta de respeito pelos outros. Nós, no PS, não entramos na política do ataque fácil, pois temos um grande líder, António Guterres. E é com ele que nos apresentaremos aos portugueses», concluiu Jorge Coelho.

Na sessão de encerramento do congresso do PSD, o PS fez-se representar pela presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, e pelo deputado Rui Namorado. Para a autarca e dirigente socialista, o discurso de encerramento proferido pelo líder do PSD foi justificativo, com críticas gratuitas e cheio de ataques pessoais, o que só demonstra, segundo Edite Estrela, «má consciência do maior partido da oposição». Por outro lado, a camarada Edite Estrela desdramatizou as consequências do discurso de Durão Barroso, afirmando que, quem recorre a intervenções políticas dessa natureza, «só pode estar com má consciência. Achei igualmente estranho que o congresso tivesse ido ao rubro quando Durão Barroso anunciou que iria apresentar o programa de Governo apenas dentro de 120

dias, pois isso é uma obrigação dele», observou a presidente da Câmara de Sintra.

Demagogia também no Parlamento

Terça-feira, no Parlamento, foi a vez da «dupla» António Capucho e Pacheco Pereira lançarem novos ataques ao Governo, ao PS e a Mário Soares, mas sem apresentarem uma única ideia alternativa. Na resposta, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, embaraçou António Capucho, ao ironizar com o facto de o PS apenas apresentar os seus projectos dentro de 120 dias, o que prova, de resto, que não constitui qualquer alternativa para conduzir os destinos do País. Já em relação a Pacheco Pereira, Francisco Assis desmontou todas as calúnias que o primeiro lançou contra a figura de Mário Soares e exigiu saber que ideia alternativa tem ele sobre o processo de construção da União Europeia. «Se não gosta desta Europa, Pacheco Pereira tem de esclarecer qual a Europa que quer e abdicar desse estilo de crítica fácil e inconsequente», afirmou.

A finalizar, retirou qualquer legitimidade a Pacheco Pereira para andar a exigir debates, porque, no tempo em que acompanhou Cavaco Silva e o seu partido se encontrava no poder, sempre os recusou.



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, defendeu, no dia 1, em Portimão, a revisão da legislação do sector do ensino de condução automóvel para permitir a sua modernização e uma melhor preparação dos candidatos a condutores.



Armando Vara falava no final do primeiro dia de trabalhos do XI Congresso Nacional da Associação Nacional dos Industriais do Ensino de Condução Automóvel (ANIECA). Vara lamentou que a Assembleia da República tenha «adulterado» a lei entretanto aprovada em Conselho de Ministros. «Estabelecemos uma parceria com a ANIECA e, depois de ouvir outras associações do sector, produzimos uma lei equilibrada, aprovada em Conselho de Ministros, que posteriormente o grupo parlamentar do PSD pediu a revogação do decreto e, por força da conjugação de toda a oposição, a lei foi alterada», disse o governante.

As alterações introduzidas pelo Parlamento, segundo Armando Vara, não agradaram às associações do sector nem às escolas de condução, porque «adulteraram em certos aspectos aquilo que eram objectivos dos industriais do ensino automóvel e do Governo».

No mesmo dia, mas em Valença, o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, considerou a segurança uma competência que não deverá ser exclusiva das forças policiais e do Estado, mas que deverá ser igualmente assumida pela sociedade civil.

«Na sociedade em que vivemos, a segurança passa cada vez mais pela cooperação da sociedade com o Estado e as forças policiais», reforçou Luís Parreirão na cerimónia de tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança de Valença, no âmbito de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

AGRICULTURA

O investimento aplicado no sector da indústria agro-alimentar portuguesa ascendeu a 120 milhões de contos entre 1995 e Abril deste ano, dos quais 60 milhões foram financiados pela União Europeia, disse, no passado sábado, dia 1, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos.

Os 60 milhões de contos investidos, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), representam cerca de 12,5 por cento do total das ajudas comunitárias aplica-

das no sector da agricultura e indústria agro-alimentar entre 1995 e Abril deste ano, adiantou Capoulas Santos à margem da inauguração da 5ª edição da Feira Alimentária, que decorre, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), até hoje.



«O apoio à transformação e comercialização de produtos agrícolas foi executado 40 por cento acima das previsões iniciais para o II QCA», acrescentou o governante.

Capoulas Santos adiantou ainda que as previsões apontam para que no III QCA - cujos montantes para o sector agrícola estão ainda por definir - os investimentos na indústria agro-alimentar se aproximem dos valores aplicados no II QCA.

O secretário do Estado da Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar, Luís Vieira, adiantou que apesar de ter havido um crescimento no sector, os números actuais devem aproximar-se dos valores alcançados em 1995, nomeadamente no que diz respeito ao seu peso no PIB.

AMBIENTE

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, apresentou, no dia 3, no Centro Municipal de Vila do Conde, o Programa Nacional de Reabilitação da Rede Hidrográfica para 1999, um documento que prevê investimentos na ordem dos 3,2 milhões de contos em 190 acções.



Este Programa visa melhorar as condições de escoamento de linhas de água nos troços rurais e urbanos e inserir-se num projecto mais amplo de protecção, recuperação e valorização das linhas de água e rios, que começou em 1996.

Para a concretização do programa, o Ministério do Ambiente assinou, também na passada segunda-feira, 50 contratos-programa com Câmaras Municipais. Mas este

programa vai ainda receber a cooperação da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, Instituto Português da Juventude e Instituto do Emprego e Formação Profissional. A região do Centro, seguida da do Norte, é a que vai receber maior investimento, seguindo-se as regiões do Algarve, Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo.

A principal fonte de financiamento deste Programa é o PIDDAC do Instituto da Água (INAG), custeando 83 por cento dos 3,2 milhões de contos de investimento total.

Os PIDDAC das Direcções Regionais do Ambiente (DRA) vão financiar 13 por cento do programa, enquanto os das autarquias envolvidas financiam apenas 4 por cento.

O investimento no Programa Nacional de Reabilitação da Rede Hidrográfica tem vindo a aumentar de ano para ano - no final de 1999 terão sido investidos cerca de 10 milhões de contos e efectuadas 866 acções.

CULTURA

O Museu de Design de Lisboa, instalado no Centro Cultural de Belém (CCB) e constituído pela colecção privada de Francisco Capelo, foi inaugurado no passado dia 30, na presença do primeiro-ministro, António Guterres, do ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e de cerca de duas centenas de convidados.



A colecção permanente do novo museu integra mais de 600 peças de design - entre mobiliário, vidros e ourivesaria - adquiridas por Capelo a partir da década de 70, desde o início com o propósito de exposição ao público.

Na fase inicial serão apresentados aproximadamente 200 objectos, organizados segundo um percurso cronológico de evolução do design que toma 1937 como ponto de partida, data da «Exposição Internacional das Artes e das Técnicas da Vida Moderna», considerada um ponto de viragem no domínio das artes decorativas.

O museu, o primeiro da Península Ibérica e um dos poucos da Europa, fica instalado no piso zero do Centro de Exposições do CCB, ocupando uma área de 730 metros quadrados. A sua criação é o resultado de um protocolo assinado a 27 de Outubro último entre o coleccionador, o Ministério da Cultura e o CCB.

Na cerimónia da passada sexta-feira estiveram presentes cerca de duas centenas de pessoas, entre as quais directores de museus e galerias, especialistas em arte e jornalistas provenientes de vários países.

EQUIPAMENTO

A localização do novo aeroporto tem suscitado muitas polémicas e, na opinião do ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, tem-se dito muitas «falsidades» sobre o assunto.



Em declarações à Imprensa, João Cravinho afirmou ser possível decidir entre este mês e Outubro qual vai ser a localização do novo aeroporto, tudo dependendo do desenvolvimento dos estudos ainda em curso, que «poderão ficar prontos próximo do final de Maio».

Para o governante, deve tomar-se uma decisão quando os dossiers estiverem concluídos. «É evidente que se concluírem nas vésperas das eleições, não se pode estar a decidir».

No dia 13 termina o período de consulta pública dos estudos de impacte ambiental feitos para as duas localizações alternativas propostas pelo Governo: Ota e Rio Frio. Além dos aspectos ambientais, uma decisão destas depende também dos estudos feitos aos chamados «lado terra» (terrenos e acessibilidades) e «lado ar» (gestão do espaço aéreo e respectiva segurança) e da perspectiva estratégica, porque se trata de «um projecto muito importante que vai ter 50 anos à frente, ou mais», explicou o governante.

Cravinho sustentou ainda que sobre o assunto têm sido proferidas «muitas coisas completamente falsas».

João Cravinho disse ainda que o novo aeroporto custará menos de 500 milhões de contos e que Lisboa não será prejudicada com a sua saída.

HABITAÇÃO E COMUNICAÇÕES

A cidade de Faro dispõe já de um novo centro de distribuição de correspondência, inaugurado pela secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, no passado dia 29 de Abril.

A governante inaugurou também a nova estação de correios de Mar e Guerra, localizada do concelho de Faro.

Os CTT-Correios investiram 83 mil contos no centro de distribuição postal da capital de distrito, aplicados em obras, equipamentos e informatização, num conjunto que visa melhorar o serviço nas cinco freguesias do concelho.

O centro inaugurado em Faro, implantado numa área de 675 metros quadrados, movimenta diariamente uma média de 40 mil correspondências, 350 encomendas, 189 EMS

PELO PAÍS

- Correo Urgente e 1 400 registos, distribuídos por 49 carteiros.
A estrutura central presta apoio a seis estações, incluindo a de Mar e Guerra e seis postos de correio.

JUSTIÇA

O regulamento da LOTJ/Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, já aprovado em Conselho de Ministros, foi um dos temas centrais de uma conferência de Imprensa, realizada na passada sexta-feira, dia 30 de Abril, em Lisboa, com o ministro da Justiça, Vera Jardim.



Além de muitas outras medidas, o regulamento da LOTJ cria novos Tribunais da Relação, Tribunais de Instrução Criminal, Tribunais de Família e de Menores, bem como novos Juízos em vários tribunais do País.

Matérias também aprovadas em Conselho de Ministros, como o Estatuto dos Funcionários Judiciais e a actualização das tabelas de honorários de advogados-estagiários e solicitadores pelos serviços que prestam no âmbito do apoio judiciário às pessoas carecidas de protecção jurídica, foram abordadas pelo ministro.

Uma proposta de lei do Governo sobre as chamadas «pulseiras magnéticas», com o objectivo de fiscalizar a prisão domiciliária e baixar o número de presos preventivos, foi outro dos temas em análise no encontro de Vera Jardim com os jornalistas.

JUVENTUDE

Os jovens de Beja, distrito que apresenta a maior taxa nacional de mães adolescentes, têm já um gabinete de apoio especializado em disponibilizar informação relacionada com sexualidade.

Com vista a apresentar a iniciativa do Governo e inaugurar diversos equipamentos dedicados a informar os jovens, localizados em Beja, Ferreira do Alentejo, Serpa, Odemira e Mértola, o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, deslocou-se no dia 30 à capital de distrito, privilegiando o contacto directo com os jovens.

Com o dia inteiramente reservado para visitas aos novos Postos de Informação Juvenil (PIJ) e aos Centros de Divulgação das Tecnologias de Informação (CDTI), Miguel Fontes assistiu ainda à festa de inauguração do Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil, organizada num bar de Beja.

Num ambiente descontraído, o governante congratulou-se pela abertura do centro de apoio, referindo que o mesmo tem «uma

Governança Aberta

pertinência especial por se localizar num distrito com as carências do de Beja quanto a este tipo de informações».



«Apesar de já há algum tempo existir uma linha telefónica confidencial para apoiar os jovens que têm dúvidas sobre sexualidade é importante que se criem espaços, como é o caso destes gabinetes, que os adolescentes reconheçam como seus», sublinhou, reconhecendo que o tema ainda é visto como um tabu pois «os jovens continuam a ter muitas reticências em procurar aconselhamento nas consultas dos Centros de Saúde».

O Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil de Beja - no qual «são garantidas a confidencialidade, qualidade e discrição», disse - é o décimo primeiro a ser inaugurado no País, tendo o secretário de Estado adiantado que «o objectivo do Governo é que até ao final do ano todas as capitais de distrito disponham deste tipo de equipamento».

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, considerou, no dia 29 de Abril, em Braga, que uma descida de 4 por cento na taxa social única, sugerida por Cavaco Silva, provocaria um decréscimo de 10 por cento nas receitas da Segurança Social.

Para Ferro Rodrigues, a descida traria uma ruptura financeira no sistema da Segurança Social, já que, segundo disse, «provocaria o seu desequilíbrio e consequente aumento do défice orçamental».

«Teríamos menos 120 milhões de contos por ano, o que é incomportável e insensato», declarou.

O governante falava perante algumas dezenas de empresários minhotos num jantar-debate promovido pela Associação Industrial do Minho e no qual abordou a questão da «Competitividade e do Trabalho».

Salientando que actualmente as receitas da Segurança Social são superiores às despesas, o governante sustentou que o «superavit existente tem toda a razão de ser, se se tiver em conta a possibilidade de a médio prazo se entrar numa situação inversa, devido ao envelhecimento da população».

«Não estamos completamente fechados em relação à possibilidade de diminuição, em certos casos, das contribuições para a Segurança Social, mas nunca de uma forma global», adiantou, frisando que tal poderá ser feito no quadro da discussão da Lei de Bases da Segurança Social já enviada para a Assembleia da República, referiu por último.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 29 de Abril

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova para discussão pública a orientação estratégica denominada «A cooperação portuguesa no limiar do século XXI»;
- Um decreto-lei que cria a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento e aprova os respectivos Estatutos;
- Uma resolução que constitui uma equipa de missão no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, encarregue de preparar e coordenar o lançamento, a implementação e a gestão de um programa específico de cooperação intermunicipal afecto ao Programa Integrado de Cooperação Portuguesa e no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Um decreto-lei que cria a Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto dos Funcionários de Justiça;
- Um diploma que altera os artigos 4º, 11º, 14º, 17º, 19º e 21º do decreto-lei n.º 391/88, de 26 de Outubro, que regulamenta o sistema de apoio judiciário aos cidadãos carecidos de protecção jurídica;
- Um decreto-lei que cria o regime de apoio à adaptação das pequenas e médias empresas ao euro que se enquadra no Programa Operacional de Iniciativa Comunitária das Pequenas e Médias Empresas (ICPME);
- Um decreto-lei que estabelece as condições gerais a que obedece a exploração de redes públicas de telecomunicações no território nacional, tendo em vista a oferta de rede aberta, incluindo a oferta de circuitos alugados;
- Um decreto-lei que aprova o Regulamento de Exploração dos Serviços de Telecomunicações de Uso Público;
- Uma resolução que regulamenta a terceira fase do processo de privatização do capital social da Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que adapta à administração local o regime geral de recrutamento e selecção de pessoal na Administração Pública;
- Um decreto-lei que aprova as modificações ao contrato de concessão da construção, conservação e exploração de auto-estradas outorgado à BRISA - Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um diploma que revoga dois decretos-lei sobre limitação de utilização de produtos petrolíferas nas centrais eléctricas;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 180/95, de 26 de Julho, com a nova redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, que regula os métodos de protecção e produção integrados das culturas agrícolas;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária relativa aos equipamentos sob pressão;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 34/95, de 11 de Fevereiro, que aprovou o Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 53/94, de 24 de Fevereiro, que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;
- Um decreto-lei que aprova o regime de instalação de equipamentos e instalações portuárias em águas territoriais excluídas das zonas de jurisdição portuária;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 152/97, de 19 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 348/98, de 9 de Novembro, que transpõem para o direito interno, respectivamente, as directivas comunitárias relativas ao tratamento de águas residuais urbanas;
- Um decreto-lei que estabelece as condições e regras aplicáveis à aprovação e ao registo de certos estabelecimentos e intermediários no sector da alimentação animal, transpondo para a ordem jurídica interna uma directiva comunitária;
- Um decreto-lei que altera a Base XIX do anexo ao decreto-lei que autorizou a concessão do serviço público de exploração do Terminal Multipurpose do porto de Sines e aprovou as bases do respectivo contrato;
- Um decreto-lei que determina que o Gabinete do Direito de Autor disponha de quadro de pessoal;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico da instalação dos estabelecimentos que vendem produtos alimentares e de alguns estabelecimentos de comércio não alimentar e de serviços que podem envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo sobre o estatuto das missões e dos representantes de estados terceiros junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO);
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre Portugal e Marrocos relativa a auxílio judiciário em matéria penal;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos relativa à assistência às pessoas detidas e à transferência das pessoas condenadas;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção sobre o reconhecimento das qualificações relativas ao ensino superior na região Europa;
- Uma resolução que aprova o Plano Regional de Emprego para a área Metropolitana do Porto (PREAMP).

DESTAQUE – CM

Cooperação

O REAPROXIMAR
DOS POVOS

O Governo socialista aprovou, no passado dia 29, para discussão pública, a orientação estratégica denominada «A cooperação portuguesa no limiar do século XXI».

Um quarto de século após o 25 de Abril de 1974, ano em que se iniciou o processo de descolonização, reencontrado com o seu destino europeu e lançadas as bases para um desenvolvimento sustentável do País, Portugal está em condições de reconstruir, com renovado sentido estratégico, a teia de relações seculares que sucessivas gerações de portugueses foram tecendo ao longo de séculos, por esse mundo fora, e que constituem um património extraordinário.

O importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular - nos planos político, económico e cultural -, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo, e de reaproximação a outros povos e regiões. É neste quadro que a política de cooperação para o desenvolvimento, vector essencial da política externa, adquire um particular significado estratégico, cons-

tituindo um elemento de diferenciação e de afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia, capaz de valorizar o património histórico e cultural do País.

Neste contexto, o Executivo chefiado por António Guterres considerou indispensável pôr em prática uma política de cooperação caracterizada por três vectores fundamentais: a renovação das políticas de desenvolvimento que acompanharam a adaptação do sistema internacional ao fim da guerra fria; a concepção e execução sem preconceitos e com mais credibilidade dessas políticas renovadas; e a coerência entre objectivos enunciados e programas desenvolvidos, implicando, por sua vez, a transparência nas relações com os países destinatários e o rigor na utilização dos fundos públicos.

«A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI» abrange todos os vectores e domínios da cooperação distribuídos por seis capítulos: balanço da cooperação portuguesa; novas tendências das políticas de cooperação; princípios e objectivos da cooperação portuguesa; opções da política de cooperação; organização do sistema de cooperação; e o sector não governamental.

DESTAQUE – CM

Sistema de apoio judiciário

ACTUALIZADA TABELA
DE REMUNERAÇÃO DOS ADVOGADOS

O quadro legal que regulamenta o sistema de apoio judiciário aos cidadãos carecidos de protecção jurídica foi alterado.

A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, no dia 29, em Lisboa.

A par destas alterações ficou estabelecido o regime financeiro que permite remunerar os advogados, os advogados estagiários e solicitadores que prestam patrocínio aos cidadãos necessitados, bem como a tabela anexa aquele diploma legal.

Este diploma procede a uma actualização das tabelas de honorários atribuídos aos advogados, advogados estagiários e solicitadores pelos serviços que prestam no âmbito do apoio judiciário.

Destaque-se que a tabela anexa ao decreto-lei n.º 391/88, de 26 de Outubro, foi revista pela primeira vez em 1992 pelo decreto-lei n.º 102/92, de 30 de Maio, e tem-se mantido inalterada desde então, não obstante o n.º 4 do artigo 49º do decreto-lei n.º 387-B/87, de 29 de Dezembro, prever uma revisão anual da mesma.

Reconhece-se assim que a tabela aprovada em 1992 se acha hoje

desactualizada, como, de resto, tem sido acentuado em diversas ocasiões pela Ordem dos Advogados e tem originado diferentes tomadas de posição por parte de numerosos profissionais da advocacia.

Optou-se, por isso, pela actualização dos valores mínimos e máximos revendo as notas à tabela de honorários.

Embora o Governo entenda que a legislação de apoio judiciário carece de uma revisão profunda, na linha das alterações introduzidas pela Lei de 1996, importa desde já proceder às alterações consideradas mais urgentes.

Introduzem-se também algumas alterações de pormenor no decreto-lei n.º 391/88, nomeadamente no que toca à compensação dos advogados, advogados estagiários e solicitadores por despesas adequadas embora não documentadas, à atribuição de um adiantamento por conta de honorários liquidação dos honorários e despesas em matéria de prescrição presuntiva e à irrelevância dos atrasos imputáveis aos serviços do Estado na

Opera-se ainda a adequação de um preceito deste diploma ao novo Código das Custas Judiciais.

DESTAQUE – CM

Tribunais Judiciais

NOVO REGULAMENTO
E ESTATUTO

O Conselho de Ministros, reunido no passado dia 29, em Lisboa, aprovou um decreto-lei que aprova o Regulamento da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

O regulamento adopta medidas excepcionais para a regularização da situação no tribunal cível de Lisboa, convertendo temporariamente os seus actuais 17 juízos em outras tantas varas cíveis e criando novos juízos cíveis e juízos de pequena instância cível.

O regulamento cria ainda os Tribunais da Relação de Faro e de Guimarães; as Comarcas de Almeirim, Bombarral, Lagoa, Mealhada, Mira e Sever do Vouga; o Tribunal Central de Instrução Criminal; os Tribunais de Instrução Criminal de Coimbra e de Évora; os Tribunais de Família e Menores de Barreiro, Cascais, Loures, Portimão, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira; e 71 novos juízos em desdobramento de tribunais de comarca, de tribunais de família e menores, de tribunais do trabalho e de tribunais de comércio, bem como 12 varas com competência mista, cível e criminal, nas comarcas de Braga, Coimbra, Funchal, Guimarães (2), Loures (2), Setúbal, Sintra (2), e Vila Nova de Gaia (2). Com o novo regulamento flexibiliza-se o serviço urgente de turno, extinguindo-se os tribunais de turno (em consequência da recente reforma do Código de Processo Penal), ajustando-se e corrigindo-se os quadros de magistrados judiciais e do Ministério Público.

Ainda neste contexto, o Executivo socialista aprovou o Estatuto dos Funcionários de Justiça.

Este decreto-lei vem consagrar, pela primeira vez, um estatuto próprio dos funcionários de justiça, atribuindo-lhes deste

modo uma autonomia socioprofissional que reflecte a importância que assumem numa área vital do Estado de Direito democrático.

Em termos objectivos, o diploma define e consagra diversos aspectos organizativos e de carreira.

Assim, o decreto-lei prevê, inovatoriamente, e atendendo às exigências técnicas para o exercício de funções, que o recrutamento para ingresso nas carreiras do pessoal oficial de justiça se passe a efectuar de entre candidatos habilitados com curso de natureza profissionalizante e adopta a fórmula de graduação para a promoção, incentivando a progressão nas carreiras pelo mérito revelado, em detrimento da antiguidade.

No Estatuto unificam-se os cargos de secretário judicial e de secretário técnico, acolhendo-se, em racionalização de meios humanos, o modelo de secretaria única para os serviços judiciais e os serviços do Ministério Público; ultrapassa-se, pela possibilidade do seu preenchimento oficioso, o problema grave da existência prolongada de vagas em lugar de chefia; permite-se a transição entre oficiais de justiça da carreira judicial e da carreira dos serviços do Ministério Público; e prevê-se a atribuição de suplemento remuneratório aos funcionários colocados em secretarias em que o excepcional volume ou complexidade do serviço dificultam o preenchimento de lugares ou a permanência dos funcionários.

Simplifica-se, pois, o Estatuto, em matéria disciplinar, consagrando-se apenas as especialidades exigidas pela condição de oficial de justiça e desburocratiza-se o funcionamento do Conselho dos Oficiais de Justiça.

DESTAQUE – CM

Pequenas e Médias Empresas

SUBSÍDIO PARA ADAPTAÇÃO
AO EURO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 29, em Lisboa, um decreto-lei que cria o regime de apoio à adaptação das pequenas e médias empresas (PME) à moeda única europeia - o euro -, uma medida que se enquadra no Programa Operacional de Iniciativa Comunitária das Pequenas e Médias Empresas (ICPME).

O novo Regime de Apoio à Adaptação das PME ao euro, que tem uma cobertura orçamental de um milhão de contos, permitirá apoiar o esforço de ajuste operacional das pequenas e médias empresas no que toca à substituição de equipamentos ligada à introdução da divisa europeia.

O incentivo a conceder no âmbito do presente regime será prestado sob a forma

de subsídio a fundo perdido de 40 por cento das despesas elegíveis, até a um máximo de 600 contos.

Assim, investimentos ligados ao *hardware* e *software* dos sistemas de informação de apoio à gestão e equipamentos como caixas registadoras, balanças electrónicas, terminais, pontos de venda, afixadores de preços, sistemas de rotulagem, *scanner* de preço e máquinas de calcular com conversor euro passarão a ser apoiados dentro do novo regime.

As empresas que poderão beneficiar deste subsídio são as de pequena e média dimensão, agrupamentos complementares de empresas ou cooperativas, com menos de 50 trabalhadores e com um volume de negócios inferior a um milhão de contos.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS

Portugal na construção europeia

CAMINHO DEMOCRÁTICO



O deputado socialista Manuel dos Santos considerou, no dia 29, na Assembleia da República, que a filosofia implícita no projecto de lei do CDS/PP que prevê a pronúncia, acompanhamento e apreciação pelo Parlamento nacional da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia (UE), é «claramente uma filosofia de mandato imperativo que não corresponde à visão dominante, no nosso país e na nossa opinião pública, do equilíbrio de poderes».

Para Manuel dos Santos, o caminho proposto pelos «populares» não é o mais adequado, sendo preciso achar-se um outro alternativo, ou seja, o caminho do aperfeiçoamento da lei n.º 20/94, na próxima legislatura.

«Este é que seria o caminho justo, eficiente, correcto e democrático», defende o parlamentar do PS, recordando que



«o que está em causa é um modelo de construção europeia solidário, transparente e flexível que corresponda por um

lado aos objectivos finais da União, mas que assegure por outro os reais interesses de Portugal».

«Sucede que o projecto do CDS/PP não se conforma a este modelo nem prossegue estes objectivos», reiterou, convicto.

Falando sobre os pressupostos do diploma «popular», o deputado do GP/PS frisou que «o direito de pronúncia exercido através de resoluções da Assembleia da República não deve traduzir-se na modalidade do chamado mandato imperativo», uma vez que este seria «paralisador da actividade do Governo, violaria seguramente as disposições constitucionais em matéria de política externa e não teria qualquer tradução real na nossa cultura e no nosso modelo de construção europeia».

Por outro lado, mais do que proceder à revisão da lei 20/94 para proceder a um ajustamento face à revisão constitucional, a proposta do PP visa proceder à

revogação desta lei, «construindo um novo edifício jurídico de fiscalização parlamentar com base numa filosofia e num prosseguimento de um modelo completamente diferentes dos actualmente dominantes na sociedade portuguesa».

Para Manuel dos Santos, «trata-se de uma ruptura e de uma opção por uma excessiva parlamentarização da decisão comunitária – europeia e nacional –, claramente violadora do princípio que tem sido e deve continuar a ser o dominante: o princípio da parceria».

Assim, a introdução de dois novos tipos de procedimentos que não existem no quadro legal em vigor, nomeadamente a «audiência prévia» e a «pronúncia», bem como a exaustiva regulamentação da Assembleia da República em matéria de transposição das directivas da UE, são, na opinião do deputado socialista Manuel dos Santos, provas das suas afirmações e receios.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MIGUEL COELHO

Bairros de génese ilegal

ACCELERAR O PROCESSO DE RECONVERSÃO



«Estamos convictos que estamos a contribuir para um Portugal melhor se formos capazes de levar o processo de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) até ao fim», afirmou no dia 28 de Abril, no Parlamento, o deputado socialista Miguel Coelho.

Na sua intervenção, onde mostrou ser um profundo conhecedor da problemática das AUGI, Miguel Coelho começou por fazer um breve historial dos bairros clandestinos desde o seu aparecimento em força na década de 60 até aos anos 80, realçando o esforço das pessoas que «optaram por construir a sua própria habitação», rejeitando as alternativas paralelas que se colocavam no momento, como construir barracas ou ocupar habitações devolutas. «Este esforço, é justo realçar, representa também uma sinergia positiva demonstrativa das capacidades dessa população», disse. A realidade, porém, salientou, «é que surgiram milhares de AUGI, bairros clandestinos, que evidentemente pela sua própria natureza trouxeram inúmeros inconvenientes sociais, ambientais e urbanísticos os quais, logicamente, entraram em contradição com os interesses de cada município e com o interesses dos cidadãos que construíram dentro da legalidade».

Alertados para esta realidade, Miguel Coelho lembrou que os partidos políticos começaram a debruçar-se sobre esta problemática e a procurar soluções, tendo surgi-

do a Lei 91/95 «feita do consenso de todas as forças parlamentares representadas na Assembleia da República».

Reconversão urbanística

Um diploma que, frisou, tinha como objectivo fundamental «permitir a reconversão urbanística e conseqüente legalização das AUGI».

No processo de reconversão das AUGI, Miguel Coelho destacou o «papel de vanguarda» desempenhado pelas autarquias socialistas.

Salientando que estão ainda por reverter cerca de 1100 AUGI que envolvem à volta de 130 mil fogos e uma população estimada em 450 mil pessoas, o deputado do PS referiu que «não se pode parar com este processo».

Quanto ao projecto de lei do PS em discussão, referiu que ele propõe desde que o prazo de excepção para a reconversão das AUGI se prolongue até 31 de Dezembro de 2004.

«Julgamos ser o período conveniente para que se possa erradicar este problema», afirmou.

Por outro lado, adiantou que a Lei 91/95 no seu conteúdo geral é «uma boa lei», apenas necessitando de ser alterada no sentido do aproveitamento da experiência da sua própria aplicação.

Miguel Coelho salientou ainda que a nova lei a sair da Assembleia da República «deve merecer o maior consenso possível».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ROSÁRIO CARNEIRO

Regulação do poder parental

GUARDA CONJUNTA PRESERVAR O EQUILÍBRIO



Toda criança tem direito a ter um pai e uma mãe, assim como todo pai e/ou mãe tem o direito e o dever de permanecer pai ou mãe, conforme o caso. Por sua vez, a sociedade tem a necessidade imperiosa de encontrar uma solução equilibrada para que os pais, conjuntamente, tutelem os direitos e interesses dos filhos.

Foi com base neste princípio fundamental de protecção dos menores que a deputada independente da bancada socialista Maria do Rosário Carneiro defendeu, na passada quinta-feira, dia 29 de Abril, no Parlamento, a proposta de lei do PS que estabelece como regra geral a guarda conjunta dos filhos na sequência de divórcio ou separação dos pais.

A iniciativa legislativa do GP/PS visa «implicar ambos os pais na tarefa inalienável que constitui o projecto de desenvolvimento de um filho comum», afastando como solução dita «normal» o princípio do poder uniparental.

Segundo Maria do Rosário Carneiro, «não é nada normal, nem pode ser tido como consequência natural, que a destruição do projecto de vida dos pais seja impedimento do projecto de vida dos filhos». É que «nem o divórcio dos progenitores quer dizer divórcio entre pais e filhos, nem o divórcio dos pais quer tão pouco dizer cessação de igualdade de direitos e deveres».

Apesar de estar convencida de que a prá-

tica social que predispõe uma atribuição singular do poder parental, implicando a «penalização de uns, privação de alguns e justificação de demissão para outros», a parlamentar socialista não deixou de reconhecer que o diploma do GP/PS carece de um aperfeiçoamento em sede de especialidade, nomeadamente no que diz respeito ao acautelamento de alguns perigos já evidenciados pela aplicação do exercício do poder parental noutros países.

Maria do Rosário Carneiro falou, pois, na impossibilidade de decretar a guarda conjunta sempre que se esteja perante famílias com uma história de violência e abuso físico ou psíquico nas relações entre pais ou entre pais e filhos, bem como na não eliminação ou redução da pensão de alimentos.

«A ordem jurídica não é uma ordem estática, nem acabada, pelo contrário, a sua função reguladora deve ser a um tempo reflexo das realidades sociais, e referencial pedagógica e prospectiva, que antecipa modelos», disse.

Ao terminar a sua intervenção, Maria do Rosário Carneiro reiterou o princípio fundamental segundo o qual «a família é uma ideia de aliança conjunta, é um projecto que se constrói no dia a dia em comum», pelo que a interrupção ou cessação do projecto do casal adulto não deve significar para as crianças a destruição do projecto de vida a que têm direito.

MARY RODRIGUES

CO-INCINERAÇÃO

António Costa acusa PSD

ALIMENTAR EQUÍVOCOS

O PSD pretende «alimentar um equívoco» sobre a posição adoptada pelo Governo socialista após a aprovação parlamentar da suspensão do processo de co-incineração. Foi esta a denúncia feita, no passado dia 28, na Assembleia da República, pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa.

«É a primeira vez que o PSD propõe a realização de um debate de urgência e, depois, opte-se à realização do mesmo debate», referiu o governante.

Em causa estão declarações do líder parlamentar laranja sobre a posição adoptada pelo Executivo após a aprovação da suspensão do processo de co-incineração no Parlamento.

Marques Mendes, para fundamentar o pedido de um «debate de urgência» sobre a questão, acusou o Governo de afrontar o Parlamento num acto de «evidente confrontação política sem paralelo na história constitucional democrática».

António Costa ficou surpreendido com as acusações de Marques Mendes e propôs que o debate de urgência se realizasse no próprio dia, para que tudo ficasse esclarecido.

O ministro escreveu uma carta ao presidente da Assembleia da República, sugerindo a realização do «debate de urgência» durante a tarde do dia 28.

Após a realização de uma conferência de líderes extraordinária, o PSD recusou-se a dar o consenso necessário à realização do debate.

António Costa aproveitou o período anterior à ordem do dia do plenário para contrariar as acusações da bancada laranja.

«Tudo o que está na lei aprovada pelo Parlamento (relativa à suspensão do processo de co-incineração) está e continuará a ser escrupulosamente cumprido pelo Governo», garantiu o ministro dos Assuntos Parlamentares.

António Costa considerou que tudo não passará de um «equívoco do PSD» relativamente aos diplomas do Governo sobre a co-incineração. «Um é anterior à lei aprovada no Parlamento e o outro limitou-se a alterar o decreto do Governo, para o pôr em conformidade com a lei aprovada na Assembleia da República», explicou.

«É uma curiosa coincidência que o PSD tenha inventado um problema na véspera de um Congresso que, curiosamente, se vai realizar em Coimbra», admitiu o membro do Governo. O distrito de Coimbra foi o que mais contestou a possível localização de co-incineradoras em Souselas e Maceira.

António Costa assegurou que o Executivo socialista «não está disponível para alimentares situações equívocas por parte do PSD».

«O PSD não contava com a prontidão do Governo em esclarecer a questão e recusou o debate», argumentou ainda o ministro dos Assuntos Parlamentares.

Na carta que endereçou a Almeida Santos e que motivou a realização de uma conferência de líderes extraordinária, o governante insistia na necessidade urgente da realização do debate: «Creio ser urgente que o esclarecimento dos equívocos que motivaram aquela proposta e que envolvem o bom relacionamento entre o Governo e a Assembleia da República».

«É desejo do Governo que este debate tenha lugar hoje mesmo para que não subsistam dúvidas quanto ao escrupuloso respeito do Governo para com a Assembleia da República», sublinha António Costa na missiva entregue no dia 28.

O ministro enviou também uma carta ao líder da bancada do PSD, explicando que um dos diplomas foi publicado antes da aprovação do processo de co-incineração e que o outro foi alterado apenas para ficar em conformidade com a lei aprovada no Parlamento.

DEPUTADO MARTINHO GONÇALVES

Junta Autónoma de Estradas

AUDIÇÕES SOBRE EXPROPRIAÇÃO DE PEDREIRA



O deputado socialista Martinho Gonçalves requereu, no dia 28, a presença na Comissão de Inquérito às denúncias de corrupção na Junta Autónoma das Estradas (JAE) de uma série de personalidades ligadas à expropriação «por utilidade pública» de uma pedreira em Mouços, em Vila Real.

Martinho Gonçalves escreveu ao presidente da Comissão, o socialista José Junqueiro, solicitando a audição do proprietário da pedreira, Avelino Esteves, dos jornalistas do periódico «Notícias de Mondim» Oscar Queirós e João Rodrigues e ainda dos membros da Comissão Arbitral de Avaliação que elaborou o relatório de peritagem que esteve na base do acordo de indemnização autónoma ao arrendatário da pedreira.

O «Notícias de Mondim» informou que o proprietário da pedreira de Mouços terá sido prejudicado com o acordo de indemnização que terá permitido ao ex-vice-presidente da JAE e ex-director da Junta de Vila Real, Elói Ribeiro, obter um grande lucro com o negócio.

Elói Ribeiro negou, depois, em Comissão, as notícias publicadas no periódico de Mondim e afirmou mesmo ter movido um processo por difamação aos jornalistas em causa.

Martinho Gonçalves, o parlamentar do PS que formulou a questão ao ex-vice-presidente da JAE, pretende que a Comissão convoque não só o proprietário como os jornalistas, mas também os elementos da Comissão de Avaliação António Manuel Torné, Carlos Alberto Gonçalves e Eduardo Paiva Rodrigues.

DEPUTADA PAULA C. DUARTE

Porto de Leixões

EXEMPLO DE BOA GESTÃO NUM GOVERNO PRÓXIMO DO CIDADÃO



O investimento no Porto Douro e Leixões foi um exemplo, entre outros existentes por este País, da obra feita pelo Governo chefiado por António

Guterres, apontado pela deputada do PS Paula Cristina Duarte, na intervenção que efectuou no dia 22, na Assembleia da República.

Ao longo da sua intervenção, Paula Cristina Duarte fez uma comparação entre a postura dialogante do actual Governo com a postura crispada do consulado cavaquista.

Para a deputada do PS, o Governo «tem sabido interpretar claramente a vontade do povo português», salientando que em 1995 o eleitorado deu aos socialistas «um mandato para governar, mas indicou também o caminho do diálogo como forma privilegiada de exercício do poder».

«E ao contrário de alguns que afirmam que passámos o mandato só a dialogar, interessa esclarecer que nas mais diversas áreas o Governo tem obra feita», afirmou, dando como exemplo o porto de Leixões onde o Governo do PS, juntamente com a actual administração da APDL, encontrou uma solução para o problema, criando através do despacho 24/10/96 uma comissão para o De-

envolvimento das Acessibilidades Rodoviárias do Porto de Leixões.

Como consequência, adiantou, «a APDL tem vindo a concentrar os seus esforços no desenvolvimento que visa dotar o Porto de Leixões de investimentos estruturantes, tendentes a adaptá-lo aos desafios criados pela nova perspectiva de evolução no sector de transportes a nível mundial».

Empenhamento e dedicação sem arrogância

Segundo Ana Paula Cristina Duarte, «parte desse projecto foi já desenvolvido no biénio 1996/98, com um nível de investimento realizado no valor de seis milhões de contos, o que representa um aumento de mais de 100 por cento do que no triénio 1993/95».

Aliás, frisou, «para aqueles que dizem que este Governo não governa, não toma decisões, este é mais um exemplo que demonstra que enquanto a oposição fala, o Governo faz obra, constrói o progresso de Portugal». Para a deputada do PS, o exemplo do investimento da APDL «demonstra de uma forma clara que os resultados não foram de graça, custaram trabalho, empenhamento, dedicação, diálogo, tudo sem arrogância».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JOSÉ C. TAVARES

Portugal-Espanha

RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES ASSENTAM NUMA MATRIZ PROMISSORA



O deputado José Carlos Tavares considerou no dia 22, no Parlamento, que «as relações luso-espanholas devem cimentar-se na ideia básica "que ambos os países devem ser, num contexto da União Europeia, os melhores amigos possíveis", não obstante cada um no seu lugar».

Numa intervenção em que se referiu a numerosas obras, nomeadamente infra-estruturas de comunicação, actualmente em execução ou projectadas, e que servirão como importantes pólos de aproximação e desenvolvimento dos dois países, o deputado do PS sublinhou que «as infra-estruturas de comunicação são uma peça-chave para a eliminação das fronteiras e a criação de um espaço transfronteiriço quer económico, quer social, quer cultural».

Na opinião de José Carlos Tavares, «a evolução política e tecnológica, o aumento do intercâmbio turístico e comercial, económico e cultural tem indubitavelmente contribuído para a aproximação e compreensão mútua dos dois povos».

No entanto, frisou, «existem ainda tarefas essenciais a implementar, para tal os agentes económicos têm de explorar ao máxi-

mo as potencialidades existentes». Para a aproximação pretendida, o deputado do PS referiu que «não deixará de contribuir o constante aumento do intercâmbio turístico».

«Somos o quarto consumidor turístico de Espanha e os espanhóis o terceiro consumidor turístico de Portugal», sublinhou. Nesta perspectiva, defendeu que o nosso país deve dar maior atenção aos projectos no campo da cooperação transfronteiriça, aproveitando e maximizando o papel desempenhado pelas entidades regionais e pelos municípios».

Fronteira como traço de união

Para o parlamentar socialista, as trocas comerciais entre os dois países «podem e devem intensificar-se numa base de equilíbrio», acrescentando ser inquestionável que as relações entre ambos os países «assentam agora numa matriz mais estável e promissora, cujo caminho é de confiança, realismo e amizade».

Segundo salientou, «a fronteira luso-espanhola está a tornar-se progressivamente um traço de união entre os dois Estados peninsulares e um factor de desenvolvimento e modernização».

J. C. C. B.

TRATADO DE AMSTERDÃO ENTROU EM VIGOR NO DIA 1 DE MAIO

O Tratado de Amesterdão entrou em vigor no dia 1 de Maio. Se para alguns ficou aquém das expectativas quanto ao aprofundamento da União Europeia, para outros deu alguns passos pequenos, mas seguros.

De resto, na linha da construção europeia, que se acelerou de forma impressionante na última década: entre o Tratado de Roma, de 1957, e o Acto Único Europeu, de 1989, há um período de 32 anos.

Depois foi tudo muito rápido, com o Tratado de Maastricht em 1992 e com o de Amesterdão, assinado em 1997.

O Tratado de Amesterdão, que em Portugal foi ratificado na Assembleia da República em 6 de Janeiro, constitui uma actualização dos tratados anteriores, devendo-se salientar. Desde logo, que marca uma viragem na União Europeia na sua atitude perante o flagelo do desemprego que grassa no Velho Continente, já que, pela primeira vez, contém um capítulo sobre o emprego.

A União Europeia fica assim com novas competências e poderá implementar uma estratégia coordenada a nível europeu, cujo principal objectivo é atingir um nível de emprego tão elevado quanto possível.

Pacto Europeu para o Emprego

É pois neste contexto que o próximo Con-



selho Europeu de Colónia irá adoptar um Pacto Europeu para o Emprego, cujo texto-base, apresentado no Congresso do PSE realizado em Milão, foi elaborado por António Guterres.

São também lançadas as bases para uma

política comum no domínio da justiça e dos assuntos internos, na medida em que consagra uma maior cooperação entre os

Estados-membros, comunitariza as políticas de asilo, de emigração e de refugiados.

E, por outro lado, progride na criação de uma estrutura capaz de combater eficazmente a criminalidade internacional, designadamente através da criação da Europol.

Também a nível da PESC, o tratado atribuiu à União Europeia novos instrumentos que lhe permitirão mais rapidamente agir com maior eficácia e coesão.

A nível institucional, o Parlamento Europeu vê reforçado o seu papel com um alargamento considerável das matérias em que decide juntamente com o Conselho e aumenta as suas prerrogativas relativamente à nomeação da Comissão Europeia, cujo presidente também sai com um papel reforçado.

Regiões ultraperiféricas

Destaque ainda para o facto de o Tratado de Amesterdão reconhecer, também pela primeira vez, as especificidades das regiões ultraperiféricas, onde se incluem a Madeira e os Açores, que deste modo irão beneficiar de vantagens suplementares para compensar o seu isolamento geográfico.

PORTUGAL COM BOA TAXA DE EXECUÇÃO

Portugal executou, até meados de Março, 72 por cento das verbas do segundo Quadro Comunitário de Apoio (II QCA).

Por gastar, até 2001, estão ainda 1,166 mil milhões de contos já comprometidos.

O ponto da situação feito a 15 de Março passado do QCA II, revela que já foram executados desde 1994 mais de 2,9 mil milhões de contos, de uma despesa pública programada em 4,1 mil milhões de contos. Tendo em conta que o QCA II termina este ano, o Governo vai transferir para os dois anos imediatamente a seguir - o período suplementar de 2000 e 2001 - alguns milhões, pois a despesa pública programada para 1999 ascende a 885,1 milhões de contos.

Do Fundo para o Desenvolvimento Regional (FEDER), para o qual o QCA II programa 2,7 mil milhões de contos de despesa pública, foram executados até Março 1,9 mil milhões de contos (taxa de execução de 74 por cento entre 94 e 99), dos quais 22 milhões já este ano. Mas para todo o ano de

1999 estão programados 573 milhões de contos.

Nestes últimos seis anos, o Fundo Social Europeu (FSE) registou uma taxa de execução de 70 por cento (591 milhões de contos executados), o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas - Orientação (FEOGA-O) uma execução de 65 por cento (340 milhões de contos) e o Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) uma taxa de 52 por cento (28,4 milhões de contos executados).

Lisboa e Vale do Tejo é a região que tem uma taxa de execução mais baixa, com 67 por cento, e a Região Autónoma da Madeira a mais alta, com 83 por cento dos fundos executados.

A região Norte e Centro e o Alentejo registam taxas de execução de 72 por cento, logo seguidas dos Açores com 76 por cento e do Algarve com 82 por cento. Destaca-se ainda a execução, de apenas 16 por cento, das verbas para o Apoio ao Investimento Autárquico.

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS PEDE MORATÓRIA SOBRE EXECUÇÕES

A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) aprovou no dia 28 de Abril, em Genebra, uma resolução que pede «uma moratória sobre as execuções, no intuito de abolir definitivamente a pena de morte».

A Comissão da ONU aprovou a resolução, apresentada pela União Europeia, com 30 votos a favor, 11 contra e 12 abstenções. Os Estados Unidos da América e a China, que ainda aplicam a pena de morte, votaram contra.

Apesar de a pena de morte ter vindo a ser discutida na Comissão em anos anteriores, foi a primeira vez que a União Europeia (UE), como grupo de países, tomou posição sobre o assunto.

Os abolicionistas pretendem que a Assembleia Geral das Nações Unidas se pronuncie durante a sua sessão de fim de ano, em Nova Iorque, sobre um projecto de resolução «a favor de uma moratória universal sobre as execuções» que deverá levar à abolição da pena de morte.

O texto pede aos países que não apli-

quem a pena de morte senão «pelos crimes mais graves e depois de um julgamento final realizado por um tribunal competente, independente e imparcial».

A resolução incita-os igualmente a excluir desta punição capital as mulheres grávidas, menores, pessoas que tivessem menos de 18 anos na altura em que o crime foi cometido, pessoas que sofrem de qualquer doença mental, condenados por crimes financeiros não-violentos e actos não-violentos ligados à prática religiosa ou a expressão de convicções.

EUA, China e Indonésia a favor da pena de morte

A representante da delegação dos Estados Unidos da América (EUA), Nancy Rubin, disse que o seu país continuará a permitir a prática da pena de morte enquanto a opinião pública for a favor.

Entre os países que votaram juntamente com os EUA e a China contra a resolução, incluem o Japão, a China, a Indonésia e o Ruanda.

ASSINADO PROTOCOLO PARA ESTUDO DE AVALIAÇÃO

O Ministério da Educação (ME) e a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa assinaram, no dia 28, em Lisboa, um protocolo para a realização de um estudo de avaliação da aplicação do Regime de Autonomia e Gestão das escolas.

O documento foi assinado na sede do ME, na Avenida 5 de Outubro, pelo ministro da tutela, Marçal Grilo, e pelo presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Albano Estrela, permanecendo válido por três anos. Conhecer, com objectividade, a forma como se está a processar a aplicação do Regime de Autonomia e avaliar da sua adequação ao desenvolvimento de condições que favoreçam a melhoria da qualidade da educação são objectivos do protocolo.

Assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades na prestação do serviço público de educação e corrigir as assimetrias existentes são alguns dos pressupostos da autonomia das escolas, em cujo processo de construção cabe à administração



educativa uma intervenção de apoio e regulação.

Ao abrigo do Regime de Autonomia, cabe às escolas capitalizarem as suas capacidades para a desenvolverem a partir das experiências e necessidades da realidade concreta em que se inserem.

O protocolo assinado visa a realização de uma avaliação externa do processo de aplicação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e agrupamentos de escolas, definido pelo decreto-lei n.º 115-A/98, de 04 de Maio.

Os estudos realizados no âmbito do protocolo serão coordenados e orientados por João Barroso, professor associado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, autor do estudo prévio sobre o regime de autonomia e gestão das escolas, a convite do Ministério da Educação.

Os estudos realizar-se-ão em estabelecimentos de educação pré-escolar, escolas do ensino básico, bem como em agrupamentos de escolas da rede pública do território continental.

A análise da aplicação do decreto-lei 115-A/98, nomeadamente as diversas etapas do processo de transição e de constituição dos órgãos e estruturas previstos no diploma, a observação do processo de construção da autonomia nas escolas e em agrupamentos de escolas e a identificação das mudanças que o processo de reforço da autonomia induz nos diferentes níveis da administração local, regional e central são os objectos de incidência dos estudos.

O protocolo vigorará por um período de três anos, contados a partir do passado

dia 28 de Abril, tendo em vista a evolução do processo de construção da autonomia e as diversas etapas previstas no Regime de Autonomia.

Os estudos de avaliação envolvem a constituição de um painel de observadores representativo dos diferentes parceiros educativos, a realização de estudos e sessões de trabalho com responsáveis da administração, sempre que necessário.

Cabe ao coordenador apresentar um relatório dos estudos e um relatório descritivo das actividades realizadas e demonstrações, e, no final, apresentar um relatório síntese do processo de avaliação, resultados e recomendações.

O Ministério da Educação garantirá - ainda de acordo com o documento - o acesso às escolas, aos serviços e organismos da administração envolvidos, que poderão ser contactados directamente pelo coordenador e equipa, e designará um elemento de ligação com o responsável dos estudos.

O ME reserva-se ainda o direito de julgar os resultados dos estudos e do relatório final, com menção expressa dos seus autores e do coordenador, sem prejuízo da utilização dos dados obtidos para fins académicos e/ou científicos.

Iniciativas de divulgação poderão ainda ser acordadas entre as partes, tendo em vista a apresentação de dados intercensurais.

EXECUTIVO CRIA ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE

O Governo do PS deu luz verde à criação da Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

A decisão foi tomada na reunião de Conselho de Ministros que decorreu, na passada quinta-feira, dia 29 de Abril, em Lisboa. Este diploma vem proceder à criação de escola portuguesa em território moçambicano, de cujos objectivos se salienta a promoção de língua e cultura portuguesas e o permitir a escolarização dos filhos dos portugueses.

A República Portuguesa e a República de Moçambique pelo Acordo de Cooperação, assinado em Maputo em 28 de Julho de 1995, decidiram criar o Centro de Ensino e Língua Portuguesa do Maputo, tendo como objectivos centrais promover e difundir a língua e a cultura portuguesas, aplicar as orientações curriculares para a educação pré-escolar e os planos curriculares e programas dos ensinos básico e secundário em vigor no sistema educativo português; contribuir para a promoção sócio-educativa de recursos humanos; proporcionar uma formação de base cultural portuguesa; permitir a escolarização de filhos de portugueses; acreditar os planos curriculares e programas portugueses leccionados em escolas privadas de direito moçambicano; e cons-

tituir-se como Centro de Formação de Professores e Centro de Recursos.

A obra de construção de um edifício que pudesse albergar tal desiderato educativo e cultural encontra-se em vias de conclusão, estando, assim, reunidas as condições para que sejam iniciadas as actividades lectivas no ano lectivo 1999-2000.

O estabelecimento de educação e de ensino agora criado está aberto a cidadãos portugueses, moçambicanos e de outras nacionalidades, constituindo, pela sua gestão pública e pela adopção dos planos curriculares e programas dos ensinos básico e secundário em vigor no sistema educativo português, uma verdadeira Escola Portuguesa.

Tratando-se de uma instituição pública portuguesa que irá funcionar no estrangeiro, a milhares de quilómetros de Portugal, procurou-se, através do diploma em questão, dotá-la dos meios que lhe permitam promover uma gestão eficaz e eficiente com vista à realização dos seus objectivos educativos e culturais.

Os encargos com o funcionamento da escola serão cobertos por conta das verbas actualmente atribuídas, por subsídio, à Cooperativa Escola Portuguesa do Maputo e que totalizaram no ano de 1998 o montante de 168 mil contos.

INCENTIVAR PERMANÊNCIA DE CÉREBROS EM PORTUGAL

Mudar currículos, adaptar horários e promover o ensino à distância são, segundo o ministro da Ciência e da Tecnologia, os novos desafios que as universidades portuguesas deverão enfrentar.

Mariano Gago falava, no dia 2, no Luso, distrito de Aveiro, numa reunião com o Conselho de Reitores, um encontro destinado a discutir a actividade científica e tecnológica desenvolvida pelas instituições de ensino superior.

No encontro, o governante debateu aspectos relacionados com o reforço institucional das universidades para a gestão da investigação científica, bem como a criação e avaliação das unidades de investigação de base universitária.

Os investimentos necessários para infra-estruturas científicas e tecnológicas, as despesas de funcionamento e as actividades de pós-graduação foram outros temas abordados com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

O ministro defendeu «o reforço nos próximos anos» do investimento na ciência e na

tecnologia das universidades, através do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e do Orçamento de Estado.

Mariano Gago propôs também a abertura do ensino superior a «novos públicos e uma formação aberta e à distância», bem como abordar aspectos ligados a bolsas de investigação, bibliotecas e divulgação científica.

Para o titular da pasta da Ciência e da Tecnologia, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de criar condições para prevenir uma «fuga de cérebros» portugueses para o estrangeiro.

O ministro considerou fundamental «para um país pequeno como Portugal» que os investigadores e cientistas nacionais «circulem entre as várias instituições de ensino superior, nomeadamente as estrangeiras», mas sem que isso implique que estes «cérebros portugueses» se radique fora do País.

Nesta reunião no Luso, o ministro fez-se acompanhar de dirigentes dos organismos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

COMBATE AO FLAGELO DA PRECARIEDADE LABORAL DEVE SER PRIORIDADE

O secretário-geral da UGT, João Proença, desafiou no dia 1º o próximo governo de Portugal, «qualquer que ele seja», a fazer da luta contra a violação da legislação laboral «um combate fundamental», no discurso comemorativo do 1º de Maio. Esta deve ser efectivamente a grande prioridade da luta do movimento sindical. É inadmissível que 25 anos após o 25 de Abril a precariedade das relações laborais atinja grande parte dos trabalhadores portugueses. Perante milhares de pessoas que se concentraram nos jardins junto à Torre de Belém para participar nas comemorações do Dia do Trabalhador, João Proença saudou as conquistas de Abril para em seguida lembrar o muito que ainda há para fazer em prol do desenvolvimento, da igualdade social, da formação e da qualidade laboral. Para o responsável da União Geral de Trabalhadores, que discursou ladeado pelos irmãos timorenses João e Mário Carrascalão, à beira do novo milénio os «sindicatos são cada vez mais necessários, e têm cada vez mais futuro». Contudo, esse futuro passa, em seu entender, por uma capacidade de adaptação aos novos tempos, «às novas condições e às novas lutas», de modo a tornar mais eficaz a resposta ao desafio da solidariedade, «pela paz e pelos direitos humanos que hoje estão a ser violados em tantas partes do mundo». A este propósito, o sindicalista referiu-se às situações de conflito e ao sofrimento das populações em Angola, Guiné-Bissau e no



Kosovo, demorando-se mais na alusão a Timor-Leste, que foi pretexto para uma salva de palmas e um apertado abraço aos irmãos Carrascalão, presentes no estrado improvisado.

Entre ameaças de chuva e um forte cheiro aos petiscos dos comes-e-bebes bebidos montados para a ocasião, quem aderiu à proposta da UGT teve também oportunidade para escutar nomes da canção ultraligeira. A intervenção sindical surgiu entre dois intérpretes da música ultraligeira, e pôs a multidão a entoar o tema «Grândola Vila More-

na», símbolo da Revolução dos Cravos, este sim um momento musical de qualidade e carregado de simbolismo.

Não à privatização da Segurança Social

João Proença, na sua intervenção, dedicou as primeiras palavras aos capitães de Abril, «que trouxeram a Portugal a democracia e a liberdade sindical» e permitiram que o país integrasse a União Europeia, onde não há lugar para as ditaduras.

Referindo-se aos novos problemas, agravados no pós-Abril, mencionou a desigualdade, o desemprego e a precariedade no trabalho.

E destacou entre as principais lutas a abraçar a aplicação afectiva da lei das 40 horas de trabalho, seguida da futura conquista das 35 horas.

Formulou ainda votos para que sejam alcançadas melhorias nos salários e nas pensões, na saúde e na segurança social, insurgindo-se contra a privatização desta última.

E elegeram como grandes causas a educação, a formação e o direito à negociação.

Ainda no plano sindical, reivindicou «o direito a combater toda a precariedade de trabalho», denunciando a luta sem sentido contra o pacote laboral e considerando «urgente» a legislação de trabalho.

Lembrando a proposta de criação de uma CPLP-Sindical - que defenda os direitos de todos os trabalhadores no mundo de língua portuguesa - o dirigente da UGT não esqueceu os trabalhadores da administração pública no país, declarando o direito ao subsídio de desemprego dos trabalhadores precários, como é o caso dos professores.

No final da intervenção política sou de novo a canção-senha de Abril, agitando bandeiras ao longo do relvado.

No final da sessão, o dirigente da UGT João Carrascalão declarou uma «imensa alegria» por poder participar em Lisboa nas comemorações do Dia do Trabalhador, frisando ter uma vez mais sentido o sincero apoio dos portugueses à causa de Timor-Leste.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rádios Locais

DA ALDEIA PARA O MUNDO VIA INTERNET

As rádios locais vão poder emitir para todo o mundo via Internet por cem contos mensais. O anúncio foi feito, no passado dia 28, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho. Na abertura de uma série de debates sobre a imprensa regional, em Oeiras, Arons de Carvalho revelou a existência de negociações entre o Governo e a Telepac, empresa fornecedora de acesso à Internet. Arons de Carvalho apontou a quantia de cem mil escudos por mês para utilização do sistema de transmissão Real Audio, mas disse acreditar que «no futuro o preço possa baixar». «Isso depende mais da Telepac do que de mim», frisou. O governante prometeu estudar apoios do Executivo que possam reduzir ainda mais o preço da utilização do serviço de emissão pela Internet, dependendo da receptividade e aceitação das rádios locais. Contudo, pre-



veni, «não será fácil este ano, porque o Orçamento de Estado tem limites». Arons de Carvalho criticou o actual modelo

de porte pago para a imprensa regional, em que o Governo paga a distribuição dos jornais pelo correio, «desincentivando-os de

apostar na distribuição» nos concelhos onde são feitos.

Mas «por muito que a lei seja polémica, não vamos alterá-la», afirmou.

O secretário de Estado da Comunicação Social falou ainda da «revolução digital» que se aproxima em todas as áreas da comunicação.

«O cenário de futuro é da televisão digital a substituir a transmissão hertziana e do DAB (Digital Audio Broadcasting) a tomar o lugar do FM», disse.

Sem «empenho, profissionalismo e diferença», os meios de comunicação locais não conseguirão sobreviver, alertou.

O ciclo de debates «Imprensa Regional - Sobrevivência, renexão ou última Oportunidade?» decorreu no auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras.

Entre os intervenientes estiveram nomes como o jornalista Joaquim Letria, o historiador Jorge Miranda e o presidente da empresa TV cabo, Graça Bau.

CARTAZ 25 ABRIL 25 ANOS



300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché
500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na morada indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vole Correio No valor de 750\$00
Inclui custos de envio

Nome _____
 Morada _____
 Cód. Postal _____
 Telefone _____ África ou assinatura
 Telexativo _____

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:
Acção Socialista Avenida das Descobertas 17 1400 Lisboa

Se deseja, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

OIKOS

Cooperação

ALARGAR DIPLOMACIA SOLIDÁRIA



O primeiro-ministro, António Guterres, disse, no dia 29, em Lisboa, ao receber o cartão de sócio do Movimento Cidadãos Solidários, lançado pela OIKOS, que a nova estratégia da cooperação aprovada pelo Governo visa estendê-la não apenas aos países lusófonos mas também a outros estados que não falam português. Recordando os seus tempos de militante do Centro de Acção Social Universitário (CASU), em que trabalhava aos fins-de-semana em bairros pobres de Lisboa, o chefe do Executivo socialista destacou o trabalho e modéstia da OIKOS no despertar das consciências para a cooperação internacional.

«A lógica do funcionamento das nossas sociedades tem sido a de acentuar o egoísmo e pressionar os governos para responderem cada vez melhor às necessidades de bem-estar da respectiva população, e para esquecer os interesses de outros povos a quem muitas vezes as regras de funcionamento da economia e do sistema político internacionais negam as condições mínimas de existência», referiu. Guterres lembrou que «é necessário frisar (porque é verdade) que há muita gente que prega a democracia e a paz no mundo e no entanto defende sistemas de relações financeiras e económicas internacionais que negam a muitos povos, nomeadamente da África, as condições mínimas de desenvolvimento».

«Por isso há um enorme trabalho a realizar e há um choque com a injustiça no mundo que é porventura cada vez maior, cada vez mais gritante e que em certos momentos nos revolta e nos faz até descrever de que a humanidade seja capaz de ter em conta os valores e que na acção dos governos e dos povos não triunfem apenas os interesses», disse ainda.

Por seu turno, o presidente da OIKOS, recordou contactos com responsáveis de organizações não governamentais de outros países, afirmando ter aprendido a desco-

brir o lugar cada vez mais proeminente de Portugal no círculo restrito de países privilegiados do planeta».

«Entre os Quinze, Portugal é hoje o país onde a contribuição *per capita* dos cidadãos para a ajuda internacional é mais baixa, e esta comprovação foi aliás um dos motivos mais fortes que levou a OIKOS a criar o Movimento de Cidadãos Solidários», disse ainda Luís de França, na apresentação pública deste.

Além de António Guterres, que recebeu o cartão n.º 1, mais três pessoas receberam na ocasião o cartão de membros do movimento: Maria de Lurdes Dias, professora na Venda do Pinheiro, Maria Germana Dias, professora em Santo António dos Cavaleiros, e Renato Pernadas, de Lisboa.

Com o apoio de contribuições institucionais e individuais e na sua qualidade de organização não governamental, a OIKOS desenvolveu nos últimos dez anos mais de cem projectos de ajuda humanitária em países como Angola, Brasil, Chile, Cuba, Honduras, Guiné-Bissau, Madagáscar e Moçambique.

«Todos os dias morrem de fome no mundo 35 mil pessoas, mas na última década, apesar de todos os apelos e todas as expectativas, a ajuda dos países mais ricos aos mais pobres do planeta diminuiu», atesta um folheto distribuído pela OIKOS no local. «Os países da OCDE, que há muitos anos se comprometeram a oferecer 1 por cento da sua riqueza anual aos mais pobres, não atingem em média 0,25 por cento do seu PNB, com excepção dos países nórdicos, únicos que atingiram a meta a que se comprometeram», acrescenta.

Salientando que há recursos mas não são empregues nas questões mais prioritárias, a OIKOS lembra que os gastos na União Europeia e dos Estados Unidos com perfumes e alimentos para animais domésticos são muito superiores ao total de verbas que seriam necessárias para assegurar abastecimento de água potável e saúde básica e nutrição para todos.

HABITAÇÃO

Leonor Coutinho afirma

ESPECULAÇÃO NO MERCADO IMOBILIÁRIO ATINGE NÍVEIS INADMISSÍVEIS

É um verdadeiro escândalo o que se passa no mercado imobiliário onde a especulação atinge níveis inadmissíveis. Afinal, a mão invisível tão cara aos neoliberais apenas serve às mil maravilhas aos especuladores que só pensam em enriquecer depressa e bem à custa de milhares de famílias portuguesas. A habitação é uma área onde o Estado deve assumir um papel regulador e interventor.

Ciente deste problema gravíssimo, a secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, pôs o dedo na ferida ao afirmar no dia 3, em Faro, que «a especulação e inflação de preços que actualmente se pratica no mercado imobiliário em Portugal é inadmissível face à baixa acentuada das taxas de juro».

A governante revelou ainda que «apesar de o preço de construção no País ser de 60 contos os metro quadrado, na prática a comercialização faz-se a valores muito superiores».

Leonor Coutinho, que falava num seminário sobre política de habitação e inserção social realizado na Universidade do

Algarve, em Faro, disse ser «absolutamente necessário mudar a situação».

Na sua opinião, a resposta a este problema que atinge foros de escândalo passa por uma «conjugação de esforços entre o Governo, as autarquias e os construtores e promotores, tendo em vista uma maior razoabilidade dos preços dos terrenos».

Segundo Leonor Coutinho, «é impressionante passarmos a fronteira e encontrarmos em Espanha o mesmo apartamento T2 ou T3 a metade do preço que custa em Portugal».

Revelando mais uma vez ter uma visão progressista do problema da habitação, Leonor Coutinho salientou que o Estado não pode «demitir-se da sua função reguladora do mercado nem ignorar as carências habitacionais, sobretudo das camadas média/baixa e da população insolvente».

Aliás, deve ser para estas camadas populacionais que o Estado deve orientar prioritariamente a sua política habitacional. A especulação com os terrenos para habitação é uma situação insustentável a que urge pôr cobro, sendo inadmissível que, por exemplo, de acordo com um recente estudo, Lisboa seja uma das cidades mais caras do mundo em termos habitacionais.

J. C. CASTELO BRANCO



EUROPA

UM PROJECTO DE TODOS OS PORTUGUESES

José Leitão
 Jaime Gama
 António Vitorino
 Biagio De Giovanni
 Richard Corbett
 José Barros Moura
 José Medeiros Ferreira
 Francisco Seixas da Costa
 Álvaro de Vasconcelos
 Teresa de Sousa
 Jorge Coelho
 Renato Bentequi
 António Balsemão
 Paulo Pedrosa
 Pedro Adão e Silva
 Mark Kirby
 Miranda Calha
 Pedro Baptista
 Helena Torres Marques

<http://www.partidocialista.pt/partido/imprensa/as>

UNIAO EUROPEIA
 TRATADO DE AMSTERDÃO



Albufeira

Câmara apoia bombeiros

Os soldados da paz continuam a merecer uma especial atenção da Câmara Municipal de Albufeira.

A autarquia decidiu atribuir um subsídio de 4 153 contos aos Bombeiros Voluntários de Albufeira, destinado a comparticipar a aquisição de um auto-tanque pesado.

Cartaxo

Festa do Vinho

Numa organização da Câmara Municipal do Cartaxo, decorreu de 29 de Abril a 2 de Maio mais uma edição da Festa do Vinho. Durante os quatro dias da festa houve exposição e venda de vinhos e gastronomia típica nas tasquinhas.



Do programa de uma das mais belas iniciativas socioculturais do País, destaca-se para a actuação dos conjuntos Santa Maria, Xutos e Pontapés e Os Charruas, bem como para uma corrida de touros, desfile de equídeos pelas ruas do Cartaxo, prova guiada de vinhos e um colóquio subordinado ao tema «Vinho – novo enquadramento comunitário: perspectivas».

A Festa do Vinho terminou em beleza na noite do dia 2, domingo, com o fogo-de-artifício.

Cascais

Ocupação de tempos livres para jovens

A Câmara Municipal de Cascais vai lançar um programa destinado às instituições de solidariedade social, centros de saúde, clubes desportivos e outras entidades sem fins lucrativos do concelho de Cascais e que estejam interessadas em ocupar os tempos livres dos jovens. O projecto «Cascais em Movimento», que

vai decorrer durante os meses de Julho e Agosto, é totalmente comparticipado pela autarquia e pretende estimular o contacto directo dos jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos, com a realidade social da comunidade em que se inserem, inculcando nos jovens os valores da entreajuda e de disponibilidade para com os outros, tão necessários numa época ainda muito marcada pelos falsos valores do individualismo e do egoísmo propagandeados até à exaustão durante os dez anos do consulado cavaquista.



As entidades ou instituições interessadas em participar no projecto «Cascais em Movimento» deverão formalizar, até amanhã, dia 7 de Maio, as suas candidaturas através do telefone 482 55 79 ou por E: mail.

«Falar Português»

«Falar Português» é o título do espectáculo que a Câmara Municipal de Cascais promoveu no dia 30 de Abril, no Auditório Parque Palmela, no âmbito das comemorações do bicentenário do nascimento de Almeida Garrett.

Este espectáculo foi concebido com o objectivo de criar um apoio pedagógico para os programas de português do ensino secundário, sendo dirigido especialmente aos alunos do 12º ano de escolaridade, cujo programa inclui o estudo deste autor.

«Falar Português» pretendeu de uma forma lúdica incentivar o gosto pelo estudo deste autor e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento das consciências críticas dos alunos.

Coimbra

V Festival de Música José Afonso

A cantora galega Uxia participou no dia 24 de Abril, em Coimbra, num espectáculo de homenagem a José Afonso no âmbito de um festival organizado pela Câmara Municipal local, presidida pelo socialista Manuel Machado, para recordar a vida e obra do autor de «Grândola Vila Morena».

Uxia interpretou temas da música tradicional galega e outras composições onde ocorre aos poemas dos portugueses Luís de Camões, Eugénio de Andrade e tam-

bém de José Afonso.

A cantora galega, que tem procurado cruzar no seu trabalho criadores portugueses, participou em 1994 no espectáculo «Mulleres a viva voz» com a maior intérprete do fado Amália Rodrigues e com Maria del Mar Bonet.



O seu último trabalho discográfico, «Estou vivendo ceo», foi produzido por Júlio Pereira.

Neste concerto, integrado no V Festival de Música José Afonso, participou ainda o quinteto vocal português Vozes da Rádio, formado em 1991 e que tem centrado o seu trabalho no canto «a capella» e também no experimentalismo musical.

Em 1994 participaram no álbum de homenagem a José Afonso, «Filhos da Madrugada», apresentando uma versão de «Índios da Meia-Praia».

No ano seguinte a crítica especializada recebeu de forma elogiosa o seu primeiro álbum de originais, «Bruxas, Heróis e Males D'Amor».

O V Festival de Música José Afonso, organizado pela Câmara Municipal de Coimbra, teve início no dia 10 de Abril com uma Gala onde actuaram conjuntamente a banda rock Xutos e Pontapés, agora a comemorar 20 anos de carreira, e a orquestra sinfónica Filarmonia das Beiras.

Xutos e Pontapés e Dulce Pontes

No dia 29 desfilou pelo palco montado no Parque de Santa Cruz, onde José Afonso recebeu em 1985 a Medalha de Ouro da cidade, o seu sobrinho, João Afonso.

O ciclo de concertos terminou no dia 30 com a actuação de Dulce Pontes, que foi acompanhada pelo virtuoso da guitarra, oriundo de Espanha, Leonardo Amuedo. A cantora portuguesa antecedeu o grupo de Coimbra Realejo, que se tem dedicado à interpretação de música de tradição europeia com incidência na sanfona.

Sérgio Godinho, Clá, Rui Veloso, Belle Chase Hotel, o cabo-verdiano Tito Paris, Luís Represas e Inês Santos foram alguns dos grupos e intérpretes que já participaram nesta edição do festival.

Ovar

II Troféu de BTT

O município de Ovar organizou no dia 2

de Maio o II Troféu de BTT – Bicicletas Todo-o-Terreno, na Freguesia de S. João. A prova desenrolou-se durante toda a manhã, tendo participado cerca de 120 atletas, a grande maioria jovens, amantes dos desportos radicais.

Pontinha

Pinhal da Paia e Parque de Merendas

No passado dia 22 de Abril, nas instalações da Junta de Freguesia da Pontinha, teve lugar a cerimónia de assinatura do protocolo de cedência do Pinhal da Paia e Parque das Merendas, celebrado entre a Comissão de Assistência e Habitação Social do Governo Civil de Lisboa e a Junta de Freguesia da Pontinha.

De salientar que o protocolo agora assinado reveste-se de uma enorme importância para a população da Freguesia da Pontinha, uma vez que esta zona é actualmente o maior espaço de lazer do concelho de Odivelas, e, embora tenha sido alvo de acentuados melhoramentos nos últimos anos, será entregue à Junta de Freguesia da Pontinha para uma melhor vigilância e conservação.

Vila Real de Santo António

Estreia da «Cantora Careca»

O grupo cénico Quatro Ventos levou à cena no dia 2 de Maio, no Auditório do Centro Cultural António Aleixo, o seu novo trabalho «A Cantora Careca», de Eugene Ionesco.



O espectáculo inseriu-se no âmbito das comemorações do tricentenário do nascimento do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, fundador da cidade, as quais decorrerão durante todo o mês de Maio.

Obra fundamental do teatro do absurdo, a peça, escrita em 1950, traduz a incomunicabilidade do nosso tempo, constituindo um bom exemplo do mundo pueril, irracional, perturbante e sempre actual de Ionesco.

PS EM MOVIMENTO

ALMADA

PS crítica Câmara

A Comissão Política Concelhia de Almada do PS realizou ontem, dia 5, no Hotel da Costa, na Costa de Caparica, uma conferência de Imprensa, no decorrer da qual foram tecidas duras críticas à gestão da CDU na Câmara Municipal de Almada.

No encontro com os jornalistas estiveram presentes o presidente da Concelhia de Almada, camarada Vítor Vale, e o presidente da Federação de Setúbal, camarada Alberto Antunes, que abordaram, entre outros aspectos, a questão da proposta de redução da contribuição autárquica, a ausência de plano e respectivas consequências do Plano Municipal de Emergência.

No entanto, o momento alto da conferência de Imprensa foi a denúncia do incumprimento em 92 por cento do programa de habitação social da autarquia em 1998, um autêntico escândalo, num concelho onde existem gravíssimos problemas habitacionais.

BARREIRO

Jantar de homenagem

No âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, a Comissão Política Concelhia do Barreiro do PS, liderada pelo camarada Aires de Carvalho, promoveu no dia 25 um jantar de homenagem ao camarada António Joaquim Nunes, que decorreu no restaurante «Leão de Ouro», no Alto do Seixalinho.

Destaques para as presenças dos camaradas Alberto Antunes, presidente da Federação Distrital de Setúbal, e Joel Hasse Ferreira, candidato do PS ao Parlamento Europeu.

COIMBRA

PS quer sexta vitória

O presidente da Federação de Coimbra do PS, camarada Fausto Correia, manifestou-se convicto de que os socialistas obterão a sexta vitória consecutiva no distrito nas eleições para o Parlamento Europeu.

«Temos condições para obter no distrito a sexta vitória eleitoral consecutiva», disse o camarada Fausto Correia, no âmbito do início da pré-campanha para as Europeias/99, no dia 11, em Miranda do Corvo, distrito de Coimbra.

Segundo o presidente da Federação Distrital do PS, a partir de hoje todos os concelhos de Coimbra vão ser percorridos, realizando contactos com as populações «cada vez mais frequentes».

Sessões de esclarecimento em torno da temática europeia, visitas a mercados e feiras e caravanas são algumas das iniciativas de campanha a concretizar durante a preparação para as eleições europeias.

Para Fausto Correia, o facto de a lista do PS ao Parlamento Europeu integrar duas figuras da Federação de Coimbra - Luís Marinho e António Campos - constitui uma «responsabilidade acrescida» para os socialistas do distrito.

Jantar de confraternização

O Secretariado da Federação de Coimbra do PS decidiu fazer o arranque das Europeias/99 em Miranda do Corvo, «onde o empenho e seriedade dos autarcas socialistas são exemplo da dedicação às populações».

O programa compreendeu uma visita a vários equipamentos e obras em curso em Miranda do Corvo e culmina num jantar de confraternização.

FUNDÃO

Festa socialista

A Comissão Política Concelhia do PS/Fundão, liderada pelo camarada José António Pina, assinalou os 25 anos do 25 de Abril, com a realização de uma Festa Socialista na tarde do dia 24, que decorreu no recinto do Sr. da Saúde no Souto da Casa.

Homenagem aos militantes históricos

A Festa Socialista começou com um almoço-convívio, pelas 12 e 30, seguindo-se às 15 horas, uma justa homenagem aos militantes com 25 anos de inscrição no partido do punho, militantes que tanto contribuíram com o seu empenhamento para que o PS seja a principal força política do País. Pelas 16 horas teve início a animação musical desta Festa Socialista, que se traduziu numa grande jornada de confraternização.



MADEIRA

PS assinala 25 de Abril

O PS/Madeira levou a efeito uma série de iniciativas para comemorar o 25 de Abril, tão necessário numa Região onde o autoritarismo e o défice democrático assumem contornos inadmissíveis.

Assim, no dia 25 a Juventude Socialista promoveu, de manhã, um debate no restaurante

«O Pinhal», nos Canhas.

À tarde, teve lugar um comício junto ao campo de futebol dos Canhas. Entreviaram José Manuel Coelho, vereador na Câmara da Ponta do Sol e presidente da Concelhia, Vítor Freitas, presidente da JS/Madeira, Rita Pestana, candidata ao Parlamento Europeu, e Mota Torres, presidente do PS/Madeira. De salientar que a direcção do PS/Madeira esteve ainda presente nas comemorações promovidas pela Câmara Municipal do Machico, no Largo do Município.

OEIRAS

Debate sobre Segurança Social

Numa organização da Comissão Política Concelhia de Oeiras do PS, realizou-se recentemente um debate público sobre o tema «A Segurança Social e o Futuro», que decorreu na Biblioteca Municipal de Oeiras. O debate contou com a participação do secretário de Estado da Segurança Social, Ribeiro Mendes, do deputado Artur Penedos e de Manuel Pires, do Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo.

A sessão de abertura esteve a cargo do camarada Emanuel Martins, presidente da Concelhia de Oeiras.

Destaques para a intervenção do secretário de Estado Ribeiro Mendes que, de forma sucinta e clara, enunciou as grandes linhas orientadoras que têm norteado a política social do Governo, bem como os grandes objectivos presentes na Lei de Bases da Segurança Social que o Executivo entregou na Assembleia da República.



Reforço da protecção social

Ribeiro Mendes sublinhou que a política prosseguida pelo Executivo tem sido marcada por um forte sentido de coerência e de reforço da protecção social dos cidadãos, assente em três vectores fundamentais: combate firme à pobreza e à exclusão social através de diversos programas, dos quais se destaca o Rendimento Mínimo Garantido; implantação de uma nova geração de políticas sociais, entre as quais se destaca a diferenciação positiva no aumento das pensões sociais e das prestações familiares; e a justiça plena na protecção social.

O secretário de Estado da Segurança Social salientou ainda que todos os níveis de protecção social são coerentes com o objectivo de garantir, no futuro, a sustentabilidade financeira do sistema social.

Por seu turno, o deputado Artur Penedos explicou o processo legislativo em que se encontram os quatro projectos de lei de bases em discussão no Parlamento.

Por último, Manuel Pires centrou a sua intervenção em aspectos concretos da gestão dos sistemas e nas políticas que, nos últimos três anos, têm sido prosseguidas.

Jantar de homenagem a Edmundo Pedro Um exemplo de dedicação à luta pela liberdade e justiça social

«Nunca lutei por cargos políticos. A minha "carreira" dá dessa postura eloquentes provas. Manuel Alegre, designadamente, está em condições de testemunhar a minha permanente relutância em aceitar cargos públicos ou políticos», disse no dia 29 de Abril, na Estufa Fria, em Lisboa, o camarada Edmundo Pedro, no jantar de solidariedade de que foi alvo, uma iniciativa da Comissão Política Concelhia de Lisboa e da FAUL.

Centenas de camaradas compareceram nesta justa homenagem ao camarada Edmundo Pedro, exemplo de militante socialista e de resistente antifascista (ver discurso de Edmundo Pedro, pág. 17)

Edmundo Pedro cidadão honorário do Tarrafal

O camarada Edmundo Pedro é um dos 23 antigos prisioneiros políticos do campo de concentração salazarista do Tarrafal, Cabo Verde, que receberam no dia 1 de Maio o título de «cidadão honorário» do concelho, numa homenagem promovida pela câmara municipal local em reconhecimento da luta que desenvolveram em prol da democracia, nos tempos da ditadura do Estado Novo.

«É uma justíssima evocação e homenagem, a data foi muito bem aproveitada», disse Edmundo Pedro, acrescentando que o 25 de Abril é «muito importante não só para o povo português mas também para todos os povos de língua oficial portuguesa».

Recorde-se que o camarada Edmundo Pedro, 80 anos, uma vida dedicada à luta antifascista, tendo sempre como objectivo da sua acção política a libertação do povo português e a construção de um projecto de socialismo em liberdade, esteve preso no Tarrafal durante nove anos, entre 1936 e 1945, sem julgamento. J. C. C. B.

CONGRESSO

Paulo Pedrosa

ESTADO DEVE FOMENTAR O COOPERATIVISMO*



Quando, no ano passado, em cerimónia pública, afirmei que se os cooperativistas sentissem que era o momento de fazer um congresso e as suas confederações e disponibilizassem para o patrocinar, o Governo se comprometia a apoiá-lo, não imaginava que o dinamismo do movimento fosse tão forte e que o congresso fosse um acontecimento com a dimensão que este teve. Não tendo ainda ouvido as palavras de ontem do senhor primeiro-ministro apelando «cooperativistas de todo o mundo, uni-vos», os cooperativistas portugueses responderam espontaneamente a um apelo menos exigente, mas talvez não muito mais fácil «cooperativistas de todo o Portugal, reuni-vos».

E não apenas os cooperativistas de Portugal. Também aqui estiveram os representantes do movimento cooperativo mundial, na própria pessoa do Presidente da Aliança Cooperativa Internacional. Bem como os cooperativistas de povos irmãos, no Brasil, em África e, muito especial, do povo mártir de Timor-Leste. Oxalá este congresso lhes possa também ter sido útil. E permitam-me que destaque aqui um apelo à solidariedade de todos os cooperativistas portugueses quando, em breve chegar a hora de poder ter no cooperativismo uma base para a reconstrução nacional de Timor-Leste.

Este congresso aproxima-se do fim. Temos, inevitavelmente, a sensação de que já tudo foi dito. Mas não é de mais sublinhar o carácter histórico deste congresso. Não apenas por não se realizar nenhum, provavelmente, há um século. Mas, sobretudo, por ser o primeiro em democracia, convocado por organizações cooperativas de cúpula e envolvendo todos os ramos do movimento cooperativo. Tal só foi possível porque há, em Portugal, de novo, uma consciência forte da identidade cooperativa e da necessidade de reforçar a intercooperação. Há um movimento cooperativo, não apenas um conjunto de cooperativas. E é importante para o país que assim seja. Não porque o Estado tenha qualquer intenção de se demitir das suas funções e responsabilidades. Mas porque entre o Estado e o mercado há um papel para a economia solidária, que nem um nem outro podem preencher. Como dizia ontem o Senhor Primeiro-Ministro, acreditamos numa economia de mercado mas não acreditamos numa sociedade de mercado.

Estado deve intervir na regulação da actividade económicas

O Estado pode e deve intervir na regulação da actividade económica. O Estado pode e deve promover os direitos dos cidadãos, incluindo os direitos sociais e, em particular, uma protecção social adequada às possibilidades do país. O Estado pode e deve promover equidade social e igualdade de oportunidades.

Não é para o substituir nessas funções que a economia solidária é relevante. É para assumir funções que só a livre associação dos cidadãos pode preencher e que a associação em função exclusiva ou principalmente do lucro não pode satisfazer.

O segredo do cooperativismo reside no facto de que congrega cidadãos que se mobilizam pela actividade económica com fins sociais. A actividade dos trabalhadores que se organizam para criar ou defender os seus próprios postos de trabalho, gerando riqueza que os torne sus-

tentáveis. A actividade dos utentes de um serviço que se organizam para que este lhes seja prestado, em alternativa ao mercado, ou em complemento ao mercado, porque este não os satisfaria. Enfim, a actividade de quem se organiza em função de uma relação de cooperação. Porque, a cooperação é, antes de mais uma atitude dos seres humanos em relação a outros seres humanos.

Esta postura faz com que a atitude cooperativa seja extremamente exigente, no plano político e mesmo no plano ético. A afirmação, que aqui foi feita, estes dias, do movimento cooperativo, dá-nos a todos tranquilidade nesse domínio. Ao Estado cabe, em Portugal, por justo imperativo constitucional, fomentar o cooperativismo. No integral respeito pela sua autonomia. No reconhecimento e na exigência do respeito pela sua especificidade. Todos sabemos – e vós que aqui estais – sabeis melhor que ninguém, que Portugal atravessou um ciclo, concluído em Outubro de 1995, em que não foram dados os passos adequados e foram mesmo criados obstáculos significativos ao desenvolvimento cooperativo.

Felizmente para nós todos esse ciclo está ultrapassado. Espero que definitivamente. É, aliás, o que se pode depreender do facto de a Assembleia da República ter aprovado por unanimidade um código cooperativo em 1996. É, aliás, o que se pode depreender de ter voltado, em 1998 a aprovar por unanimidade a proposta do Governo de um estatuto fiscal cooperativo. O Governo tem, nesse aspecto, a tranquilidade do sentimento de dever cumprido. Mas, devemos especialmente congratular-nos com o facto de o fomento cooperativo ter voltado a ser um tema de consenso nacional. É um virar de página com uma importância profunda e é, provavelmente, também, uma das causas que tornou possível a realização deste congresso e que ele se saldasse por um êxito. Nos últimos três anos e meio, como ontem aqui disse o Senhor Ministro do Trabalho e Solidariedade, corrigiram-se discriminações intoleráveis do sector cooperativo, repôs-se o respeito institucional pelo seu carácter específico e único, deu-se os primeiros passos por uma nova política de fomento cooperativo, ligado a uma nova visão da sociedade que o Governo procurou imprimir a diversas áreas de actuação. Mas estamos apenas a meio do caminho. Com a sensação de seguir o caminho aconselhável. Mas a olhar para a frente.

Devemos ter uma noção de quais são os pontos fortes e os pontos fracos do movimento cooperativista português para enfrentar os novos desafios.

Entre os problemas que se transformam em pontos fracos, parecem-me de destacar:

A hegemonia da cultura liberal e individualista sobre a cultura da solidariedade;

O envelhecimento da «família» cooperativa;

A rapidez da evolução económica e social e o encurtamento do ciclo de vida dos modelos de organização e gestão, exigindo níveis crescentes de tecnicidade e profissionalização a estruturas de carácter associativo;

A importância das exigências de capital de arranque das unidades económicas (peso do capital fixo, p.e.) e as dificuldades de financiamento;

A perda de influência relativa, nos anos recentes, do modelo cooperativo face a outras modalidades de organização da economia social.

Mas há também um leque importante de pontos fortes a ter em conta e a valorizar:

A redescoberta do conceito de economia social (ou 3º sector) como realidade do futuro e não do passado

Um enquadramento institucional mais favorável e mais estimulante da parceria

A valorização da dimensão local das respostas sociais aos efeitos perversos da globalização

A revolução nos conceitos de emprego/trabalho com um novo apelo de alternativas ao assalariamento tradicional.

Importa constituir as bases para uma nova estratégia de intervenção, que maximize os pontos fortes, contrarie os pontos fracos e aproveite oportunidades que se abrem em áreas como potencial de proximidade da iniciativa aos seus públicos e agentes

A capacidade do modelo cooperativo diferenciar as respostas em função desses públicos e agentes

A carência de respostas múltiplas e diversas às necessidades de inserção socioprofissional de segmentos importantes das comunidades potencial de mercado para iniciativas no plano da defesa e recuperação de valores patrimoniais

A exploração destas oportunidades exige o reforço de várias qualidades essenciais tais como:

A capacidade de iniciativa;

A construção de uma imagem que identifique todo o sector e com ele gere identificação

Um reforço organizativo no plano inter-cooperativo

O debate destes dois dias criou-nos a todos condições para olharmos melhor em direcção ao futuro. A vós caberá delinear as estratégias que considerais mais adequadas ao desenvolvimento do vosso trabalho. Irei ler atentamente as vossas conclusões e asseguro-vos que me empenharei em discutir-las convosco, em defender aquelas com que concordo, em debater aquelas sobre as quais tiver dúvidas, para que entre nós e vós não emergam enganos desnecessários; mas, também, em frontalmente rejeitar aquelas com que não concordo, se tal, eventualmente, vier a acontecer.

Esse é, do meu ponto de vista, o clima adequado para a relação entre um governo que acredita no cooperativismo e os cooperativistas que o fazem acontecer no quotidiano.

Mas queria dizer-vos que desde já considero que seria muito importante que pudessemos trabalhar juntos, em três domínios de acção.

Em primeiro lugar, a continuação do trabalho de análise e remoção de eventuais situações de discriminação do sector cooperativo em relação a outros sectores, que possam persistir. Porque nós estamos, por princípio, convencidos que toda a discriminação do sector é inaceitável e não deve perdurar.

Dinamização dos ideais cooperativos

Em segundo lugar, a promoção conjunta dos princípios cooperativos. É minha convicção que o «espírito cooperativo» perdeu energia na sua promoção, que há hoje um défice de reconhecimento do ideal cooperativo. Que há mesmo algum datamento geracional da identificação com os princípios cooperativos. Eu, que não venho da geração que afirmou o cooperativismo em Portugal no dealbar da revolução democrática, queria, dizer-vos que acho que esta foi uma falha de todos. Dos go-

vernos que abandonaram a promoção do ideal cooperativo. Mas também dos cooperativistas que se deixaram fechar demasiado sobre si próprios, as suas obras e os cooperativistas de agora. Ainda assim, há em Portugal, uma base para a promoção destes ideais que é enorme. Há hoje mais 300 mil cooperativistas do que havia há 3 anos atrás. Mais do que um em cada cinco portugueses é sócio de uma cooperativa. Este é um património valioso do movimento. Que só vós podereis valorizar. Quem de nós poderá ter a consciência inteiramente tranquila de que fez tudo o que foi possível para promover o ideal cooperativo, mesmo entre os sócios das cooperativas que hoje temos? O governo está disponível e interessado em lançar, em conjunto convosco, uma iniciativa de dinamização dos ideais cooperativos. Que se dirija a potenciais futuros cooperativistas. Mas que também incida fortemente sobre aqueles que já hoje, vós, aqui, representais.

Em terceiro lugar, julgo que importa reforçar o papel económico e social do movimento cooperativo. O número de associados que hoje tendes é impressionante. O facto de no sector se gera um volume de actividade económica próximo dos 1000 milhões de contos afere a vossa dimensão. Mas julgo, sinceramente, que o peso do sector cooperativo no emprego português – cerca de 50 mil postos de trabalho numa população activa de 4,5 milhões de pessoas, reflecte um potencial enorme de crescimento para novas cooperativas de trabalho associado, na produção ou na prestação de serviços. Um potencial enorme de agregação de mais pessoas à actividade económica movidas pelos princípios da solidariedade. Um potencial de crescimento de actividade económica e de emprego que se estende ao conjunto do movimento. Também, em conjunto, devemos trabalhar para valorizar esse potencial. O próximo Quadro Comunitário de Apoio, que agora estamos a preparar deve reflectir o investimento nesta promoção. Pela garantia de acesso em igualdade de circunstâncias às cooperativas e aos outros operadores ao conjunto dos fundos afectos a fins específicos em que se reflecta a actividade das cooperativas. Mas também, pela garantia da reserva de alguns fundos especificamente à promoção da economia solidária, em programas de formação cooperativa ou de criação de emprego.

Este ano, ainda sem os recursos do QCA, porque tal possibilidade não estava consagrada no QCA que vigora desde 1994, já abrimos essa porta com o PRODESCOOP. Importa agora, avaliar esta experiência, corrigi-la, se necessário e integrá-la no próximo QCA.

Minhas senhoras, meus senhores, O futuro dirá da importância real deste congresso. Mas ele já vos e nos deu novas pistas para a acção. Queria, em nome do governo, dizer-vos que queremos trabalhar convosco pelo futuro do cooperativismo.

Mas, parafraseando um velho autor que já esteve mais na moda, a emancipação do cooperativismo será obra dos próprios cooperativistas.

Termino apenas com um voto: o de que o próximo congresso cooperativo possa ser um salto em frente tão grande na afirmação cooperativa como este já é, em relação ao passado recente.

*Intervenção do secretário de Estado do Emprego e Formação, no dia 17, na FIL, no I Congresso Cooperativo

AGRICULTURA

Capoulas Santos

COOPERATIVAS SÃO AGENTES PRIVILEGIADOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL *



Constitui para mim um grande prazer ter aceite o honroso convite que me foi dirigido para participar neste Congresso das Cooperativas Portuguesas.

Não posso por isso deixar de felicitar os organizadores deste evento pela inegável importância da iniciativa, bem como pela oportunidade da sua realização.

Estão, como sabem, terminadas as negociações políticas acerca da Agenda 2000. Digo negociações políticas porque se seguem, ao nível do Comité Especial Agrícola, talvez, ainda, dois meses de negociações técnicas para chegar à versão final dos regulamentos, designadamente sobre as OCM revistas e sobre o desenvolvimento rural. Acerca deste último importa igualmente não esquecer que ele se articula estreitamente com o Regulamento Geral dos Fundos, instrumento básico que informará a elaboração e execução do III Quadro Comunitário de Apoio. Estamos, portanto, na fase de ultimação técnico-jurídica dos regulamentos esperando nós que se mantenha a coerência interpretativa até ao fim.

Pelo que acabo de expor não me parece desadequado referir que, quanto ao *dossier* agrícola e rural fomos bem sucedidos na estratégia negocial que prosseguimos coerentemente ao longo de quase dois anos. Em termos globais, no domínio dos mercados agrícolas e a preços correntes, passámos de um valor estimado de 108 milhões de contos em 1999 para um valor esperado de 153 milhões de contos em 2006. Para uma média anual de 142 milhões de contos isto significa um benefício adicional acumulado de 234 milhões de contos no período de sete anos entre 2000-2006.

Nas quatro OCM que foram objecto da revisão, Portugal atingiu todos os objectivos que se tinha proposto de que destaque a duplicação da área de trigo duro e o aumento de 60 mil ha de superfície irrigada, no caso dos cereais, o aumento do número de direitos e do montante de todas as ajudas, no caso dos bovinos de carne, com especial referência para a pecuária extensiva que representa 75 por cento do rebanho nacional e cujo prémio aumentou quase 300 por cento, bem como o adiamento, para 2005, da reforma do sector leiteiro, apesar de se ter garantido já a partir do ano 2000 a possibilidade de redistribuição das 200 mil toneladas de quotas inactivas.

Finalmente, no vinho, sector que representa 41 por cento do rendimento das quatro OCM reformadas, para além de ter sido possível incluí-lo na negociação, contrariamente às intenções da presidência alemã, Portugal obteve os ganhos mais significativos traduzidos especialmente nos novos direitos de plantação, na recuperação de milhares de hectares de direitos perdidos, nos apoios financeiros para a reestruturação e na manutenção da proibição de importação, de países terceiros, de mostos para vinificação.

Em valor percentual na rubrica I do orçamento passámos de 1,45 por cento para 1,8 por cento em 2006, isto é, mais 24 por cento.

Em matéria de rendimento agrícola, e no quadro, das OCM em causa, é dado como adquirido uma variação positiva do mesmo, dependendo a sua amplitude do comportamento do preço do mercado por um lado, e das medidas de acompanhamento que lhe estiverem associadas, por outro. Para

além das ajudas ligadas à produção no quadro das OCM, teremos ainda outro tipo de ajudas parcialmente desligadas quer no quadro das mediadas de acompanhamento quer das indemnizações compensatórias, ambas financiadas pelo FEOGA-Garantia. A estas ajudas adicionam-se as ajudas ao investimento financiadas pelos fundos estruturais e, finalmente, as ajudas no âmbito das iniciativas comunitárias LEADER e INTERREG. Em resumo, quatro tipos de ajudas ao rendimento e ao investimento.

Quanto ao desenvolvimento rural, que reagrupa as ajudas atribuídas fora das OCM, a fixação de um envelope financeiro é remediada para mais tarde na sequência de uma proposta nacional sobre a matéria. Para o efeito, o Conselho de Agricultura de 12 de Março e a Cimeira de Berlim de 25 de Março reconheceram a «especificidade» da agricultura portuguesa e a «necessidade» do reequilíbrio das ajudas a favor dos agricultores portugueses ser efectuado através deste instrumento o que coloca Portugal numa situação de privilégio relativamente aos demais Estados-membros. Depende de nós demonstrar à União Europeia não só o «estado das nossas necessidades» mas sobretudo o nosso desejo de mudança quanto ao futuro da agricultura portuguesa.

Dito isto, virada esta página de negociação, a «bola» passou definitivamente para o nosso campo. Falta-nos, por isso, fazer todo o trabalho de casa, a começar com a preparação do PDR já em curso e, logo de seguida, com a revisão dos mecanismos de implementação dos novos regulamentos.

A este propósito, e independentemente do figurino final que viermos a adoptar para a gestão do III QCA é, para mim, cada vez

mais evidente de que deveremos caminhar para a definição, a nível regional, de uma espécie de «Pacto Territorial para o Desenvolvimento» subscrito pelas principais instituições, no horizonte 2000-2006, com metas e compromissos a atingir e a cumprir, consubstanciado com a assinatura de contratos de desenvolvimento de geometria variável entre diferentes entidades, eis uma forma, entre outras, de procurar e prosseguir uma nova motivação para o desenvolvimento, indispensável no período que se avizinha.

Neste mesmo sentido, estou perfeitamente convencido de que caberá ao movimento cooperativo um papel decisivo na gestão e implementação do próximo regulamento sobre o desenvolvimento rural. Não tenho dúvidas de que o potencial técnico acumulado nas cooperativas lhes permitirá, no futuro próximo, desencadear acções de natureza multifuncional e multissectorial quer na área das medidas agro-ambientais quer na área dos serviços agro-rurais, em sentido largo, com benefício evidente para os seus associados, dada a sua proximidade e conhecimento do território. Dito de outro modo, abrem-se para as cooperativas novas e amplas possibilidades de intervenção que acentuarão o seu papel de agentes privilegiados de desenvolvimento rural.

Quero terminar felicitando uma vez mais os organizadores pela oportunidade desta iniciativa.

Renovo os meus agradecimentos pelo convite, desejo-vos uma boa jornada de trabalho e fico à espera das conclusões para delas fazer o bom uso que merecem.

Intervenção de Capoulas Santos na reunião solene do Congresso das Cooperativas Portuguesas, dia 17 de Abril, na FIL.

HOMENAGEM

Edmundo Pedro

UMA VIDA AO SERVIÇO DA LIBERDADE*



Antes de mais, desejo manifestar o meu profundo agradecimento a todos os que me honraram com a sua presença neste jantar. Mas permitam-me que dirija um agradecimento muito especial ao meu camarada e amigo Miguel Coelho, visto que a iniciativa deste convívio, que impropriamente classificou de homenagem, partiu dele.

Este acto reveste-se para mim, compreensivelmente, de um alto e reconfortante significado. Não enquanto homenagem, visto que tudo o que fiz ao longo da minha vida de militante político fi-lo em obediência a um simples imperativo de dever cívico. E aquilo que se faz por simples dever não justifica, na minha opinião, qualquer homenagem. Atribuo ao facto de tantas pessoas me terem dignado com a sua pre-

sença um significado, para mim, bem mais importante, penso que quiseram partilhar este convívio por desejarem manifestar-me a sua solidariedade pela forma profundamente injusta como fui tratado por um sector importante da sociedade portuguesa aquando do incidente relacionado com a apreensão das armas que foram confiadas ao PS, em 25 de Novembro de 1975, para defender a democracia conquistada com o 25 de Abril – democracia que certas forças hostis ao regime pretendiam pôr em causa.

Passaram, sobre esses dramáticos acontecimentos, 21 anos. Mas o trauma psicológico e moral que nessa altura feriu o meu espírito permanece vivo. Ele acompanhar-me-á, como uma sombra negra, até ao fim dos meus dias. Por mais reconfortante que seja para mim a presença aqui, hoje, de

tantas pessoas que desejaram manifestar-me o seu apoio, a verdade é que essa dolorosa ferida não desaparece com esta manifestação pública de solidariedade – nem com os inúmeros testemunhos de apoio que me foram transmitidos, ao longo de tempo, por muitas pessoas.

Com efeito, o modo como a comunicação social abordou este caso assumiu o aspecto de uma verdadeira histeria – e tornou impossível anular o impacto negativo que essa campanha teve para a minha imagem de cidadão que sempre se esforçou por cumprir aquilo que considerava os imperativos da cidadania. Os jornalistas (com raras e honrosas excepções) intoxicaram-se mutuamente num crescendo de acusações e insinuações desbragadas, sem curarem de se informar sobre a verdadeira natureza dos factos e das circuns-

tâncias em que ocorreram. O prato que se apresentou ao seu voraz apetite pelo escândalo (que não ao seu dever de informar com rigor) era apetitoso de mais para conter a sua insaciável tendência para a especulação tendenciosa.

Várias circunstâncias agravaram (ou talvez, até, tenham determinado) o incidente relacionado com a apreensão das armas. Eu detinha, naquela altura, as mais altas responsabilidades públicas: era membro do Secretariado Nacional do Partido Socialista, era deputado com o mandato suspenso – e presidia ao conselho de administração da RTP. Naquele exacto momento, o País estava mergulhado numa grave crise política. Aconteceu (o que parece não ter constituído um acaso...) quando o Governo do PS se limitava a assegurar a gestão dos

Continua na página seguinte

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Continuação

assuntos correntes, visto que acabara de ser derrotado no Parlamento pelos votos conjugados dos comunistas e da Direita. Com base naquele escândalo, pretendia-se retirar a Mário Soares o direito de formar um novo Governo As forças que tinham apeado o Executivo PS exigiam que Mário Soares se demitisse.

Na sequência do livro que escrevi para explicar os meandros do processo em que me envolveram, editado sob o título «O Processo das Armas» (e que aí está à disposição gratuita de quem o desejar ler), recebi inúmeras cartas de protesto contra essa campanha – e de solidariedade para comigo relativamente aos ataques de que fui alvo. Quanto à caracterização dessa campanha, permito-me destacar, pelo seu especial significado, algumas passagens da opinião pública, um eloquente testemunho. A carta constituiu, além disso, um veemente protesto contra a forma irresponsável como os meios de comunicação tratam matérias que põem em causa o direito ao bom nome dos cidadãos – de resto constitucionalmente consagrado. A propósito do modo como fui tratado pela imprensa, afirma o senhor Dr. Fernando Amaral, entre outras coisas, o seguinte: «Li o livro com uma sofreguidão desesperada, um misto de surpresa e revolta. A sua leitura foi uma aventura dramática rompendo caminho na amargurada e densa floresta das traições, das intrigas, das incompreensões e da dor. Senti a vileza dum jornalista feito por abutres sedentos que mordem com maquiavélico prazer ou dilaceram com fúria, picando a alma no que ela tem de mais nobre e íntimo... «A verdade é triturada; a boa fé é desprezada; o bom senso é ridicularizado. Os interesses legítimos e justos são silenciados. Os gritos que clamam justiça não têm eco. As conveniências ditam a lei do oportunismo. A justiça cede o passo às pressões "da imprensa"! Mesmo quando esquarterada e consumida a vítima, os jornalistas maus continuam ruminando o ódio com que regaram as suas vítimas. Quase sempre, só o tempo, moroso e tardio, põe a descoberto a inocência dos que sofreram a injusta humilhação que os seus escritos fabricaram. Depois... enquanto recolhem ao pó sujo do anonimato na vala comum, onde a consciência não tem morada, as suas vítimas jamais se recomporão da vileza das acusações que forjaram.» e, no seguimento de outras considerações, o Dr. Fernando Amaral termina assim o seu texto que, para mim, no meio da amargura que tem ensombrado os meus dias, constituiu um enorme bálsamo:

«A serenidade e objectividade demonstradas dão-nos o perfil de um Homem que, vencendo desesperos e revoltas, deu eloquente testemunho de dignidade e apuro moral que são raros nos dias que vivemos. Se do seu texto ressalva a imagem de pessoas que muito prezo e admiro, presto a minha sincera homenagem a Edmundo Pedro, pela lealdade, coragem e verticalidade com que esmaltou a nossa

vida política. Bem haja pelo que fez. Bem haja pelo que é. Um abraço muito amigo do seu admirador Fernando Amaral.»

Como não ficar grato e comovido perante um tão eloquente testemunho de compreensão pela injustiça com que fui tratado? Como não ficar sensibilizado pela solidariedade que me manifestou o Dr. Fernando Amaral (então Presidente da Assembleia da República) num momento tão difícil da minha vida? Muito obrigado, caro Dr. Fernando Amaral, pelo apoio moral que me prestou na grave conjuntura que atravesssei só porque me dispus a lutar, de armas na mão se necessário, para acautelar a liberdade dos portugueses! O perfil humanista da sua personalidade ficou bem patente no modo como considerou o dramático transe que então enfrentei!

Caros amigos e camaradas aqui presentes – e estimadas pessoas que, sem qualquer relação pessoal comigo, quiseram hoje aqui comparecer para partilharem comigo este momento reconfortante:

As circunstâncias especiais que rodearam a minha vida desde a puberdade levaram-me, desde muito cedo, a adquirir uma aguda consciência social. Esse precoce sentido de responsabilidade cívica, impôs-me um comportamento e a assunção de riscos pouco comuns na luta por aquilo em que sempre acreditei: a emergência de um mundo mais justo e mais digno da condição humana.

Iniciei o meu combate político à ditadura quando, com apenas 13 anos, fui admitido no arsenal da Marinha. Aos 15, como não era difícil de prever, já estava a cumprir um ano de prisão. Aos 17 voltei a ser detido. Fui libertado aos 27. Nove desses dez anos de prisão foram cumpridos no Campo de Concentração do Tarrafal.

Essa terrível punição não enfraqueceu, porém, o meu desejo de continuar a luta contra a ditadura de Salazar. No dia 1 de Janeiro de 1962, depois de muitas outras acções de combate ao regime, tomei parte na revolta de Beja. Fui dos poucos que ali se bateram, de armas na mão – entre os quais destaco, sem favor, a figura do meu querido amigo Manuel Serra, pela bravura que então demonstrou e pela forma como arriscou a vida. Também eu não morri, nessa altura, por mero e feliz acaso – como ele, aqui presente, pode testemunhar. Entrámos no quartel juntos – e juntos estivemos sempre até à nossa prisão, ocorrida em Tavira, horas depois daquela malograda tentativa para apear o ditador. Essa ousadia implicou mais quatro anos de prisão. E mesmo depois do 25 de Abril, na linha de coerência que sempre me impus, estive disposto a sacrificar a vida pela liberdade recentemente conquistada – liberdade a que mal acabáramos de aceder e que forças de cariz antidemocrático (sublinho uma vez mais) pretendiam, pela força, retirar-nos.

Essa permanente disposição para arriscar a vida, tanto na conquista, como na preservação da liberdade, ditada por um irrecusável imperativo de consciência cívica e política, valeu-me para vergonha do regime democrático (por cuja viabilidade estive disposto a sacrificar a própria existência), não só cerca de seis meses de detenção, mas também (que foi bem mais grave), ver a minha dignidade de cidadão consciente e responsável gravemente atin-

gida – e o meu nome arrastado na lama e para sempre manchado!

Essa injustiça, meus caros amigos e camaradas, foi a maior e a mais dolorosa de quantas suportei ao longo da minha já dilatada existência. Ela marcou e amargurou para sempre, como tenho repetidamente afirmado, o resto dos meus dias! Ela foi, de longe (entre as muitas injustiças que me atingiram), a mais difícil de suportar e a que mais me feriu.

Talvez o exagero com que sempre encarei o que considerava um dever imposto por opções irrecusáveis não passe de pura ingenuidade. Já alguns assim o classificaram. Mas ninguém pode fugir aos impulsos naturais que brotam do mais íntimo do seu ser. Nasci assim – e assim morrerei. Quando, na manhã de 12 de Janeiro de 1978, corri, para Almada, fi-lo na louável intenção de evitar o escândalo – tanto para o meu partido, como para os militares que tinham confiado em mim. Queria proteger todos das inevitáveis especulações – e só não consegui proteger-me a mim próprio. Dir-se-á que de boas intenções está o inferno cheio. É verdade. O certo é que da minha precipitação, por mais generosa que fosse, resultou um escândalo maior do que aquele que pretendi evitar. Os reflexos daquele acontecimento recaíram, antes de mais, sobre a minha pessoa. Mas atingiram também, como uma bomba, o meu partido. Os seus dirigentes ficaram, como eu próprio, em estado de choque.

Consciente dos enormes danos que a minha precipitação gerara, assumi, integralmente, a responsabilidade pela ocorrência. Compreendi a extrema dificuldade em que colocara o PS (e em particular Mário Soares) para intervir a meu favor. No ambiente de paroxismo acusatório que me tomou por alvo (e que condicionou o próprio juiz de instrução) qualquer tentativa para me defender seria tomada como uma ingerência do poder político no domínio reservado do poder judicial, ou seja, como uma diligência para livrar das malhas da justiça um dos seus agentes mais responsáveis. Tive essa percepção de uma forma muito aguda.

Mas esse condicionamento não ocorria com o sector militar ligado àquela operação. Não tive da sua parte a solidariedade que julgava implícita na lealdade com que a tratei – e com que a defendi das especulações. Fora a seu pedido, dirigido ao PS, que eu e outros camaradas (alguns aqui presentes) nos dispusemos a recolher as armas que nos haviam sido confiadas. Assumira o encargo dessa delicada operação consciente dos riscos pessoais que ela implicava. Ela fora solicitada pelo mais alto magistrado na nação – o mesmo, aliás, que ordenara a sua distribuição. Mas, na hora da verdade, a solidariedade que se impunha relativamente a uma acção comum (solidariedade de que eu dei sobejas provas no contexto do processo quando me recusei, contra a opinião dos meus advogados, a mencionar os nomes dos militares envolvidos), essa solidariedade, de que naquele momento crucial tanto carecia, foi-me negada. E, no entanto, bastaria a identificação do responsável máximo, a nível militar, pela distribuição e recolha das armas, para que o juiz que instruiu o processo fosse obrigado a restituir-me, imediatamente, à liberdade. Essa conclusão resulta, com

uma clareza meridiana, da leitura do meu livro sobre esta matéria.

Ao contrário do que sucedia com o PS, a colaboração dos militares com a Justiça, no que se referia ao apuramento da minha responsabilidade, não corria o risco de ser tomada como uma intromissão do poder político sobre o poder judicial. Por isso, a sua falta de solidariedade, neste contexto, não se compreende.

Por meu lado, em face de uma atitude tão chocante, ter-me-ia sido fácil, mesmo sem envolver directamente quem quer que fosse, forçar o esclarecimento da situação. Bastar-me-ia ter identificado a vivenda, em Bicesse, onde as armas foram transferidas do jipe militar para o veículo que as transportou para Lisboa. Mas até isso me recusei a fazer. A simples indicação dessa morada permitiria ao juiz de instrução percorrer o fio que conduziria, inevitavelmente, aos responsáveis militares pela operação. Eles seriam obrigados a declarar que eu lhes comunicara, dias antes da apreensão, a existência daquele lote de armas – que era, aliás, o último dos vários anteriormente devolvidos. Seriam forçados a comunicar ao juiz que estava em curso, na altura em que fui detido, a preparação da delicada e perigosa diligência conducente à restituição de mais aquele lote de armamento. E foi a falta desta informação vital que permitiu ao juiz manter a minha prisão.

Ora a única acusação que pesou sobre mim resultou da convicção do que eu guardara as armas para as traficar – e não para as devolver aos militares. Aquela informação fazia cair por terra essa suspeita. As outras matérias que encheram as colunas da comunicação social não mereceram, da parte do juiz, a mínima pergunta. Não passaram de pura e tendenciosa especulação. É óbvio, pois, que o cabal esclarecimento desta matéria acabaria com a minha escandalosa detenção. Nada desculpa, pois, a quebra de solidariedade da instituição castrense.

Por último, desejo destacar um aspecto, que julgo importante, para se perceber o meu papel, enquanto militante, no combate político em que sempre estive empenhado.

Nunca lutei por cargos políticos. A minha «carreira» dá dessa postura eloquentes provas. Manuel Alegre, designadamente, está em condições de testemunhar a minha permanente reticência em aceitar cargos públicos ou políticos.

Prezo-me de ter cultivado sempre a lealdade e a solidariedade nas minhas relações com os meus amigos e camaradas. Prezo-me de ter assumido sempre a responsabilidade pelos meus actos. Cometi erros, como todos os homens – mas agi sempre desinteressadamente. Orgulho-me de ter sido sempre capaz de subordinar os meus interesses particulares às exigências do combate político – mesmo os interesses mais legítimos nomeadamente os da minha família, que por várias vezes foram sacrificados na ara desse combate. Orgulho-me, finalmente, de ter estado sempre disposto a dar a vida para conquistar e preservar a Liberdade!

Muito obrigado por terem tido a paciência de escutar este meu sentido desabafo.

*Intervenção do camarada Edmundo Pedro, na Estufa Fria, no jantar de homenagem que lhe foi promovido pela Concelhia de Lisboa e FAUL.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Festas em Abrantes

Até ao dia 14 de Junho Abrantes viverá mais uma edição das Festas da Cidade. Entre as novidades deste ano encontram-se o alongamento da sua duração, facto que permitirá a realização de um leque mais vasto de actividades.

Para além de iniciativas desportivas, haverá a assinalar igualmente eventos culturais e musicais.

Fausto, Maio Moço, Kussondulola, Orquestra Ligeira Municipal e Milénio serão espectáculos a não perder na Esplanada 1º de Maio.

Jornadas em Albufeira

Amanhã e no sábado, dia 8, realizam-se, no Auditório Municipal, as IV Jornadas do Património.

Os trabalhos para esta edição estão repartidos em quatro painéis subordinados aos temas «Políticas Culturais», «Museologia: Novas Realidades e Desafios», «Gestão de Espaços Públicos/Paisagem» e «Património».

«Farra» em Braga

As «Monumentais Festas Académicas do Enterro da Gata» decorrem até ao dia 14, nos pólos de Braga e de Guimarães.

A edição deste ano inclui o Festival Internacional de Tunas - «IX FITU Bracara Augusta» - agendado para amanhã e depois.

Do programa folião também constam o Baile de Gala, a Missa dos Finalistas e o Dia do Antigo Estudante, que é assinalado no sábado com a realização de actividades voltadas para aqueles que já não estudam na Universidade do Minho, mas que continuam a pertencer à Academia.

O «Grandioso Cortejo Académico do Enterro», que percorre as ruas de Braga, está programado para a tarde do dia 12.

Em termos musicais, o programa prevê concertos dos grupos Gene Loves Jezebel e Clã, que actuam dia 9, subindo ao palco no dia seguinte as bandas Young Gods e The Statement.

A noite do dia 11 oferece aos estudantes os acordos dos Drugstore e dos Belle Chase Hotel, actuando no dia seguinte os Santa Maria e Romana.

As notitadas dos universitários culminam com a actuação, dia 13, da banda Xutos & Pontapés e dos grupos finalistas do Minho Imperial - um concurso promovido pela Associação Académica e pela Rádio Universitária do Minho (RUM).

Bienal em Cascais

A Bienal de 1999 já está em marcha. Infelizmente.

Até 30 de Maio, Cascais vai receber manifestações culturais que vão desde a dança contemporânea até às bandas populares do concelho, passando pelo cinema,

com uma conferência do cineasta norte-americano Peter Bogdanovich no dia 15.

Queima-das-Fitas em Coimbra

Os Xutos e Pontapés, considerados a melhor banda de rock portuguesa, e os Silence 4, que foram a revelação do ano passado, são os destaques das Noites do Parque, da Queima-das-Fitas, que começa amanhã.

Os Silence 4, de Leiria, actuam na noite do dia 10, com os Orpheu, um grupo dos Açores que recicla poemas imortais da literatura nacional, e os Ornatos Violeta, do Porto.

As Noites do Parque da Queima-das-Fitas de Coimbra arrancam amanhã com três grupos: Blasted Mechanism, Apocalyptica e os britânicos Therapy.

A Jack e Os Estripadores, aos portistas Blind Zero e aos Despe e Siga, de Luís Varatojo cabe a tarefa de animar a noite de sábado.

No dia 10 sobem ao palco os Gift e o seu «Viny», o projecto luso-suíço Mãozinha e Lloyd Cole and The Negatives.

Ritmos quentes invadem o serão comimbricense na terça-feira: General D, com sons africanos, e Raul Marques e Os Amigos da Salsa, com músicas de raiz latino-americana dos anos 40 até aos dias de hoje.

Os britânicos Divine Comedy encerram a festa centenária, enquanto a Fanfara, a Estudantina, a Tuna de Medicina, a Pitagoria e um grupo de fados fecham as noites do dia 9 ao 13.

Trio em Fafe

O Trio Atlântico, de Pedro Caldeira Cabral, actua no Estúdio Fénix, amanhã, pelas 21 e 30, no âmbito do encerramento do Curso Breve de História da Literatura Portuguesa.

Uma exposição de postais ilustrados antigos espera por si, até amanhã, na Casa Municipal da Cultura, no horário habitual. Trata-se de 300 postais do princípio do

século, utilizados em mensagens da época, com figurações diversas, de crianças, jovens, mulheres, pares amorosos, flores, trajes, soldados, entre outras.

Música em Lisboa

A Orquestra Sinfónica Rádio da Baviera actua, este domingo, dia 9, a partir das 21 horas, no Coliseu dos Recreios, sob a direcção do maestro Lorin Maazel.

Teatro na Marinha Grande

Até ao final deste mês, a cidade acolherá, no âmbito do Festival de Teatro da Alta Estremadura, nove companhias de teatro, que em vários palcos do concelho, levarão à cena outras tantas peças

Assim, amanhã, às 21 e 30, a Companhia de Teatro de Coimbra representará «Memórias de uma Mulher Fatal», na Sociedade de 1º de Janeiro da Ordem.

No sábado, à mesma hora, mas no palco da Sociedade Desportiva e Recreativa Pirlado e Escoura, será posta em cena a peça «O Pedido de Casamento, os Malefícios do Tabaco e o Urso», pela Companhia de Teatro do Ateneu de Leiria.

Por último, no domingo, dia 9, será a vez do Teatro de Animação de Setúbal interpretar «E Agora Garrett?», na Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense, a partir das 17 horas.

Mostras no Porto

O fotógrafo e poeta francês Bernard Plossu inaugura, hoje, na Cadeia da Relação, as exposições «Porto» e «O País da poesia», resultado de uma encomenda expressa do Centro Português de Fotografia.

As «Noites da Queima» vão decorrer pelo segundo ano consecutivo no recinto da Feira Popular e serão animadas também pelos Hand's on Approach, Spin Doctors e Violente Femmes.

A festa dos estudantes universitários portugueses terminará no domingo, dia 9.

SUGESTÃO

Morrer de Amor

O ciclo de teatro «Morrer de Amor» começa amanhã, no Rivoli Teatro Municipal, no Porto, e inclui quatro versões da peça «Romeu e Julieta», de William Shakespeare.

O ciclo abre com a apresentação, no palco do Grande Auditório, a partir de amanhã e até ao domingo, dia 9, de uma adaptação crioula do texto do dramaturgo inglês, pelo grupo de Teatro do Centro Cultural Português do Mindelo (Cabo Verde), com encenação de João Branco.

No espaço Café-Concerto, o encenador Horário Manuel apresenta o seu «Teatro de Objectos», baseado no mesmo texto de Shakespeare, hoje, amanhã e depois. Nos dias 10 e 11, o Teatro Meridional apresenta no Pequeno Auditório «Romeu, versão montesa da tragédia de Verona», de Julio Salviatierra, com encenação de Miguel Saebra.

O ciclo encerra quarta-feira, com a apresentação no Grande Auditório do Rivoli da adaptação do clássico shakespeariano para teatro de marionetas do Nada Theatre (França), intitulada «Romeu e Julieta, para a Lua, o Sol e algumas estrelas».

O ciclo inclui ainda duas conferências, a cargo dos psiquiatras Carlos Amaral Dias (dia 8) e Daniel Sampaio (dia 9), ambas no Pequeno Auditório, e a apresentação da peça «As Coisas Inflamáveis (Paisagem Sonora)», de Abel Neves, com adaptação cénica de Nuno Cardoso, nos mesmos dias, no foyer do Pequeno Auditório.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca Plural de Abril

Dedicado a Vasco Lourenço

*Morre conosco, em sobressalto de luz
a memória do que fomos nesses dias,
a imagem exausta, recortada
sobre a chapa de uma chaimite
oficiando, no júbilo das praças,
o minucioso, o exaltante trabalho da paz.
Quem prometeu eternidade
à festa dessa horas em que tudo
ganhou, de súbito, dimensão de coisa rara,
textura de assombro, substância de quimera?
Quem foi que nos disse: «Por esta rota se fará
a navegação de todos os sonhos incumpridos,
por esta estrada palmilharam os irmãos desavindos
o caminho que leva até à raiz de som
da generosa e limpa palavra liberdade?»
Eras tu ou eu neste retrato
de claridade minguada, evaporada rente aos olhos?
Eras tu ou eu, éramos tantos neste rio,
Tejo de todos os Tejos, cruzando a cidade
em todos os sentidos, sussurando nomes,
bunilando versos, partilhando cânticos
quanto tudo era ainda esperança à boca das manhãs.
O Zeca, o Salgueiro Maia não me deixam mentir
Acorda, filho, que Abril tem hoje a tua idade
e por mais que eu diga, por mais que eu faça
acharei sempre que foi por ti que o fiz,
multiplicando por vinte e cinco, sempre,
as pétalas de luz do teu sorriso.*

José Jorge Letria

In «25 Poemas de Abril»

Edição da Junta de Freguesia da Penha de França

Concerto

ALA DOS NAMORADOS

8 de Maio, 21h30

Grande Auditório
Centro Cultural de Belém



A ECONOMIA DIGITAL E O «HOMO BARROSUS»

Na moção que com quatro dezenas de camaradas, apresentei ao último Congresso Nacional do PS, referíamos a importância da Economia Digital no futuro da sociedade portuguesa, europeia e mundial. Escrevíamos então que havia "que ter cada vez mais em conta as questões decorrentes da chamada Economia Digital, resultante da rápida expansão mundial e nacional das redes electrónicas. Propiciando novas formas de comunicação e transacção, o novíssimo ambiente digital está a impulsionar profundas mutações na organização das empresas, na forma de fazer negócios, no teletrabalho e na própria estruturação e condução das Administrações Públicas. Colocar Portugal nas rotas mundiais do comércio electrónico e levar aos vários sectores da economia os benefícios da modernidade tecnológica é uma grande tarefa mundial, a que é preciso futuramente dedicar mais atenção e adequada prioridade". Acrescentaria também algum impacto da economia digital no domínio fiscal ao qual o Ministério das Finanças tem estado razoavelmente atento. Esta semana, foi apresentada à comunicação social, à opinião pública, aos meios empresariais e académicos a Coligação para a Economia Digital com a presença dos Ministros da Cultura e da Ciência e Tecnologia. Esta Coligação para a Economia Digital tem como fundadores cinco associações englobando as áreas do desenvolvimento das comunicações, da promoção do multimédia, o "software", de desenvolvimento do teletrabalho e duas organizações empresariais, de jovens empresários e das tecnologias. Do manifesto apresentado por

Raul Junheiro sublinhamos alguns aspectos relevantes. Menciona o manifesto que "a evolução que se está a operar, desde há algum tempo, atravessa os vários quadrantes das sociedades humanas em todo o planeta, toca os vários patamares de actividade e pensamento". No manifesto refere-se ainda "que importa compreender estas novas oportunidades que estão a ser geradas pela mudança e assumir os grandes desafios da evolução para uma sociedade conectada, onde a cultura e a educação passam a ter um papel de bem essencial, e se afirmam como elementos estruturantes do novo paradigma". Entretanto, Durão Barroso apresenta-se ao país. Durão Barroso que na sua propaganda mural, desencadeou a partir da sua eleição partidária uma campanha de gosto duvidoso e procedeu a uma forte depuração da direcção partidária (bastante ao gosto maoísta), fez as pazes com os grandes empresários e permitiu-se produzir alguns comentários sobre a situação económica actual, assunto que aliás não domina bem. Durão refere o "descontrolo na despesa pública". O que ele não entende, não sabe ou não percebe é que o défice tem estado controlado e tem vindo a descer durante a gestão governamental do PS. Por isso, Portugal pode entrar no EURO. O que dói a Durão, como dói a Marcelo, foi a capacidade de conjugar equilíbrio financeiro com solidariedade social, investimento acelerado e combate ao desemprego. O Durão Barroso refere o descontrolo na despesa pública". O que ele não entende, não percebe ou não entende, é que a despesa pública

engloba o investimento produtivo que cria emprego. Que na despesa pública estão englobadas transferências para as autarquias locais. As transferências para as Regiões Autónomas (apoiando o seu desenvolvimento) e para a Segurança Social (descapitalizada durante o cavaquismo) bem como as remunerações da função pública também se integram nas despesas públicas. Entretanto, há toda uma reformulação da actividade económica que está em curso. O PS antecipa, em relação com a solidariedade civil e os sectores tecnologicamente mais evoluídos, as novas formas de funcionamento da economia. Durão Barroso critica o facto de a inflação em Portugal estar elevada. O que Durão não sabe e os seus conselheiros económicos lhe deverão lembrar, é que um país menos desenvolvido, com um crescimento económico mais elevado que o espaço económico onde se integra, terá tendencialmente, e com um elevado grau de probabilidade, que ter uma taxa de inflação superior à média do espaço europeu. O novo líder do PSD, abandonadas as estúpidas diatribes anti-empresariais e as malévolas insinuações anti-governamentais em que o segundo Marcelo se especializara, cai no erro de falar do que não sabe e faz críticas infundadas à política económica e financeira do Governo. Não é tão ridículo como as Cassandras laranjas do início da legislatura mas arrisca mais, porque só tem quatro meses para perceber aquilo que não entende e tentar falar do que sabe. Contemos com um PSD mais duro, não com um PSD mais sério e competente.

«A esquerda foi sempre um factor de insatisfação, de discussão e recusa de uma ordem estabelecida, mas, desta vez, a esquerda europeia é guerreira nesta acção de limpeza ideológica à escala planetária e nós somos os figurantes da estratégia americana»
Eduardo Lourenço
II Bienal da Utopia de Cascais, 30 de Abril

«A utopia europeia morreu, agora vive na América»
Idem, ibidem

«A hegemonia decretada por Clinton, que se quer afirmar pela virtualidade e dinamismo da economia, da cultura, só será possível se a Europa continuar mergulhada em guerra»
José Luís Judas
Ibidem

«De cada vez que o seu número dois, Jaime Ramos, voltar a dizer que a Madeira não é Portugal, Alberto João Jardim vai ter de parecer indignado»
Ferreira Fernandes
24 Horas, 3 de Maio

«A incrível manifestação de Canas de Senhorim em plenas comemorações do 25 de Abril. Na barafunda das palavras de ordem, duas, insólitas: a referência ao Kosovo e os epítetos de "fascista" dirigidos ao Presidente da República. Com o meu voto nunca passariam a conchelo»
António Mega Ferreira
Público, 3 de Maio

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Ação Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Ação Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.